



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício SEF/GABS n. 62/2023

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022 e o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2022 do Estado de Santa Catarina, para fins de observância das competências dispostas no art. 122, §1º, inciso II, da Constituição Estadual.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a nossa disposição para apresentar, em audiência pública, a avaliação e a análise do cumprimento das metas fiscais, nos termos do art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/00.

Por oportuno, renovamos votos de consideração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

**Cleverson Siewert**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor,  
MAURO DE NADAL  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis – SC



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **1S3F4Y3T**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 01/02/2023 às 17:51:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDY1ODRfNjU4NV8yMDIyXzFTM0Y0WTNU> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00006584/2022** e o código **1S3F4Y3T** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ATO Nº 433/2023**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2022**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
Governador do Estado



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **N51TN35N**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JORGINHO DOS SANTOS MELLO** (CPF: 250.XXX.199-XX) em 01/02/2023 às 17:15:53

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 11:06:20 e válido até 02/01/2123 - 11:06:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDY1ODRfNjU4NV8yMDIyX041MVR0MzVO> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00006584/2022** e o código **N51TN35N** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: QUADRIMESTRAL  
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	jan/2022	fev/2022	mar/2022	abr/2022	mai/2022	jun/2022	jul/2022	ago/2022	set/2022	out/2022	nov/2022	dez/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) <sup>1</sup>	1.392.075.469,42	1.396.535.471,92	1.521.739.727,74	1.527.140.282,52	1.565.340.510,39	1.530.463.719,97	1.650.766.759,85	1.866.807.501,26	1.728.779.014,75	1.714.184.294,64	1.726.482.119,88	1.874.790.529,24	19.495.105.401,58	11.445.374,16
Pessoal Ativo	779.989.124,52	773.930.958,46	888.867.280,17	887.636.605,74	900.637.759,26	891.911.022,59	972.123.155,67	993.115.156,72	1.004.976.254,88	1.002.852.655,41	1.009.440.723,05	1.125.430.824,15	11.230.911.520,62	3.858.977,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	673.256.383,87	661.393.257,09	776.383.310,08	778.650.598,34	786.727.088,76	773.016.496,80	851.763.361,09	868.805.279,11	881.818.527,74	880.289.758,12	886.345.146,26	988.215.166,12	9.806.664.373,38	3.224.486,33
Obrigações Patronais	106.732.740,65	112.537.701,37	112.483.970,09	108.986.007,40	113.910.670,50	118.894.525,79	120.359.794,58	124.309.877,61	123.157.727,14	122.562.897,29	123.095.576,79	137.215.658,03	1.424.247.147,24	634.490,70
Pessoal Inativo e Pensionistas	612.086.344,90	619.059.403,37	627.770.200,44	634.727.429,34	659.886.744,30	633.746.998,76	672.266.356,58	671.717.066,44	686.835.967,80	676.453.592,57	681.067.074,56	713.282.428,22	7.888.899.247,28	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	527.509.411,32	533.428.615,41	541.019.333,56	539.015.898,55	536.985.514,84	537.475.082,86	569.754.852,81	570.735.787,95	586.327.468,80	576.489.197,02	580.376.719,82	610.325.986,72	6.709.443.869,66	0,00
Pensões	84.576.933,58	85.630.427,96	86.750.866,88	95.711.530,79	122.901.229,46	96.271.915,90	102.511.503,77	100.981.278,49	100.508.499,00	99.964.395,55	100.690.354,74	102.956.441,50	1.179.455.377,62	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	3.545.470,09	5.102.247,13	4.776.247,44	4.816.006,83	4.805.698,62	6.377.247,60	201.975.278,10	36.966.792,07	34.878.046,66	35.974.322,27	36.077.276,87	375.294.633,68	7.586.397,13
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	215.650.835,61	228.588.331,83	213.283.053,67	261.748.998,99	255.919.774,47	223.674.465,69	291.842.609,23	320.460.243,09	338.949.251,34	325.426.534,58	311.970.291,68	528.628.709,42	3.516.143.099,60	20.948,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.758.488,12	5.717.077,97	6.107.983,67	5.815.446,68	6.119.185,93	7.337.139,76	10.291.470,03	7.293.026,37	6.686.507,78	6.537.741,65	6.212.301,52	100.433.464,23	174.309.833,71	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	27.477.165,13	20.255.300,04	20.936.803,25	49.670.788,07	43.699.224,06	23.383.166,03	25.929.390,25	54.425.126,75	76.880.348,96	58.459.067,46	58.038.300,05	81.596.367,48	540.751.047,53	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.510.553,70	20.948,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>3</sup>	182.415.182,36	202.615.953,82	186.238.266,75	206.262.764,24	206.101.364,48	192.954.159,90	255.621.748,95	258.742.089,97	255.382.394,60	260.429.725,47	247.719.690,11	279.088.324,01	2.733.571.664,66	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.176.424.633,81	1.167.947.140,09	1.308.456.674,07	1.265.391.283,53	1.309.420.735,92	1.306.789.254,28	1.358.924.150,62	1.546.347.258,17	1.389.829.763,41	1.388.757.760,06	1.414.511.828,20	1.346.161.819,82	15.978.962.301,98	11.424.426,16
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>											<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											38.260.230.919,84	-		
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)											12.772.516,50	-		
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)											23.872.992,00	-		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)											38.223.585.411,34	-		
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>											<b>15.990.386.728,14</b>	<b>41,83%</b>		
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											18.729.556.851,56	49,00%		
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											17.793.079.008,98	46,55%		
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											16.856.601.166,40	44,10%		

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

**NOTAS:**

- A elaboração do demonstrativo é realizada automaticamente pelo Siconfi com base nos dados enviados para o 3º quadrimestre de 2022. No entanto, foram identificadas inconsistências na geração automática desse demonstrativo pelo Siconfi que não observou as regras constantes no Mapeamento do RGF integrante da parte IV dos anexos da 12ª edição do MDF. Havendo também os ajustes relativos as informações gerenciais não mapeadas, sendo assim foram editados os seguintes campos:
  - Na linha Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis na coluna do mês de dezembro foi deduzido o valor de R\$ 59.080.411,69 relativo à Receita de Pessoal Cedido, contabilizado na conta contábil 8.2.4.1.3.01 - Receita de Pessoal Cedido - do exercício, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
  - Na linha Aposentadorias, Reserva e Reforma os valores gerados automaticamente não correspondem aos valores do ente. Os valores gerados correspondem apenas aos valores liquidados fora do PO RPPS. Dessa forma, ajustou-se os valores - inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi. Além disso, são incluídas as despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) em conformidade com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000 - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
  - Na linha Pensões os valores gerados automaticamente não correspondem aos valores do ente. Os valores gerados referem-se apenas aos valores liquidados fora do PO RPPS. Dessa forma, ajustou-se os valores observando o disposto na nota 2 - Inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi.
  - Na linha Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária somou-se os valores das despesas com os Serventuários de Justiça, conforme explicado na nota 1.b - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
  - Na linha Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi não considerou as despesas executadas pela unidade administrativa do RPPS/SC (UG 470022) na fonte 0.250, pois em Santa Catarina não há detalhamento para a fonte de recurso previdenciária destinada à Taxa de Administração. Dessa forma, ajustou-se os valores - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
  - Na linha Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi gerou equivocadamente valores das despesas executadas nos meses do 3º quadrimestre, quando o correto era apresentar o valor total das despesas executadas no exercício na coluna do mês de dezembro. Dessa forma, ajustou-se os valores - Inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi.
  - As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022 - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
- Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPALESC - Fundo Financeiro.
- Na arrecadação do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: QUADRIMESTRAL  
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.973.722.924,79	22.252.062.775,98	21.985.644.013,62	22.326.592.495,72
Dívida Mobiliária	0,00			
Dívida Contratual	20.289.682.170,21	19.755.340.881,65	19.552.933.877,09	19.348.137.930,21
Empréstimos	9.731.204.843,42	9.056.823.523,38	8.697.576.445,45	8.184.144.319,20
Internos	7.023.439.798,57	6.737.959.222,66	6.598.185.722,31	6.438.157.120,06
Externos	2.707.765.044,85	2.318.864.300,72	2.099.390.723,14	1.745.987.199,14
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.885.703.421,53	9.976.230.790,26	10.178.632.895,48	10.402.062.800,27
Financiamentos	17.654.509,01	11.022.516,90	8.370.431,48	6.294.935,49
Internos	17.654.509,01	11.022.516,90	8.370.431,48	6.294.935,49
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	608.462.825,22	681.573.505,88	655.629.585,25	645.661.527,25
De Tributos	103.862.825,03	175.449.685,54	156.502.908,41	365.803.670,89
De Contribuições Previdenciárias	282.885.104,22	281.251.602,50	280.506.384,84	279.857.856,36
De Demais Contribuições Sociais	221.714.895,97	224.872.217,84	218.620.292,00	
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	46.656.571,03	29.690.545,23	12.724.519,43	109.974.348,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	2.635.865.876,90	2.451.244.528,74	2.395.747.758,66	2.948.310.744,05
Outras Dívidas	48.174.877,68	45.477.365,59	36.962.377,87	30.143.821,46
DEDUÇÕES (II)	6.492.802.220,00	9.333.323.976,43	8.508.543.546,69	6.089.818.545,58
Disponibilidade de Caixa	6.241.461.432,67	8.983.986.616,90	8.005.874.818,50	5.692.888.331,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.628.676.418,59	16.195.746.461,19	15.315.038.973,07	13.397.415.307,69
(-) Restos a Pagar Processados	387.214.985,92	25.363.960,40	5.639.575,13	290.954.491,67
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	-	7.186.395.883,89	7.303.524.579,44	7.413.572.484,83
Demais Haveres Financeiros	251.340.787,33	349.337.359,53	502.668.728,19	396.930.214,39
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>16.480.920.704,79</b>	<b>12.918.738.799,55</b>	<b>13.477.100.466,93</b>	<b>16.236.773.950,14</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	36.275.641.495,57	38.260.230.919,84
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	11.237.426,00	12.538.644,00	23.841.573,32	12.772.516,50
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>31.039.534.035,09</b>	<b>34.254.395.018,09</b>	<b>36.251.799.922,25</b>	<b>38.247.458.403,34</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	74,01	64,96	60,65	58,37

% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	53,09	37,71	37,18	42,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	62.079.068.070,18	68.508.790.036,18	72.503.599.844,50	76.494.916.806,68
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	55.871.161.263,16	61.657.911.032,56	65.253.239.860,05	68.845.425.126,01
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>				
Passivo Atuarial	87.324.075.230,01	87.324.075.230,01	87.324.075.230,01	113.386.783.364,38
RP Não Processados	1.381.410.655,75	-	0,00	1.666.042.116,46
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO		-	-	-
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais	772.408.662,45	772.408.662,45	772.408.662,45	772.408.662,45

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2022. Assinado Digitalmente.

#### Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os campos descritos a seguir. As contas contábeis apresentadas são do Plano de Contas Estadual.

a) Na linha De Tributos foi incluída a dívida do Estado com os Municípios e com o Fundeb, Lei 17.053/2016. A dívida está registrada nas contas contábeis 2.1.5.2.5 e 2.2.5.2.5 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município. Estas contas ainda não foram incluídas pela STN no mapeamento.

b) Na linha Demais Dívidas Contratuais foi considerada apenas a dívida registrada na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro, pois as demais dívidas registradas nas contas mapeadas não são abrangidas pelo conceito de Dívida Consolidada.

c) Na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos foram considerados os precatórios previdenciários contabilizados na Unidade Gestora 470076 - Fundo Financeiro do RPPS/SC, no valor de R\$ 198.866.100,14 (inclui precatórios INTER), pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram considerados os precatórios registrados nas conta contábeis INTER, no valor R\$ 223.024.456,32, contas estas não previstas pela STN no mapeamento.

d) Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R\$ 256.872,19, relativo aos valores contabilizados nas contas contábeis 1.1.1.1.1.03.00.00 Bancos Conta Movimento - Demais Contas e 1.1.1.1.1.04.00.00 Rede Bancária - Arrecadação nas unidades gestoras do RPPS/SC.

e) A linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi ajustada para o valor correto segundo o mapeamento STN. O valor gerado automaticamente pelo SICONFI estava incorreto, visto que apresentou apenas os valores do RPPS/SC quando o correto é apresentar os valores do Consolidado exceto RPPS.

f) Na linha Apropriação de Depósitos Judiciais foi incluído o valor contabilizado na conta contábil 2.2.8.9.1.01.10.00 =Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016. Não há mapeamento da STN para esta linha.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
GOVERNADOR DO ESTADO

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: QUADRIMESTRAL  
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) <sup>1</sup>	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	1.636.272.798,40	1.599.336.022,45
Em Operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	1.451.578.945,28	1.416.331.688,77
Em Operações de Crédito Internas	185.877.740,56	184.694.508,57	184.693.853,12	183.004.333,68
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	1.636.272.798,40	1.599.336.022,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	36.275.641.495,57	38.260.230.919,84
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	11.237.426,00	12.538.644,00	23.841.573,32	12.772.516,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	31.039.534.035,09	34.254.395.018,09	36.251.799.922,25	38.247.458.403,34
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	5,42%	4,61%	4,51%	4,18%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	6.828.697.487,72	7.535.966.903,98	7.975.395.982,89	8.414.440.848,73
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	6.145.827.738,95	6.782.370.213,58	7.177.856.384,605	7.572.996.763,86
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>				
	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	1.737.697.592,54	1.702.450.336,03
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	1.451.578.945,28	1.416.331.688,77
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	1.737.697.592,54	1.702.450.336,03
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de US\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

2. O Mapeamento da STN para este demonstrativo não está completo. Desta forma, o SICONFI não gerou valores para as garantias concedidas e contragarantias recebidas das Entidades Controladas.

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: QUADRIMESTRAL  
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	10.515.000,00	38.890.047,34
Interna	10.515.000,00	38.890.047,34
Empréstimos	10.515.000,00	38.890.047,34
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	-	-
<b>TOTAL (III)</b>	<b>10.515.000,00</b>	<b>38.890.047,34</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	38.260.230.919,84	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	12.772.516,50	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	38.247.458.403,34	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	38.890.047,34	0,10%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.119.593.344,53	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	5.507.634.010,08	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.677.322.088,23	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	809.758,38	13.719.582,56
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	809.758,38	13.719.582,56
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

**Notas Explicativas:**

- De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.
- O Mapeamento da STN para o quadro Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada utiliza o PCASP estendido, o que não é de observância obrigatória para Estados e Municípios. Desta forma, editou-se os valores gerados automaticamente pelo SICONFI, conforme saldo da conta contábil 8.9.9.6.1.08.xx - Outros Controles da Dívida - Adesão Novos Parcelamentos no Exercício.
- As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.
- Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>1.194.616.755,30</b>	<b>648.217,02</b>	<b>101.814.525,42</b>	<b>0,00</b>	<b>38.683.907,32</b>		<b>1.053.470.105,54</b>	<b>482.829.178,00</b>		<b>570.640.927,54</b>
Recursos Não Vinculados de Impostos	411.297.180,16	631.822,02	35.605.238,38		36.369.259,20		338.690.860,56	269.973.548,75		68.717.311,81
Outros Recursos não Vinculados	783.319.575,14	16.395,00	66.209.287,04		2.314.648,12		714.779.244,98	212.855.629,25		501.923.615,73
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>2.982.317.150,88</b>	<b>2.311.633,56</b>	<b>213.158.085,61</b>	<b>0,00</b>	<b>387.329.288,27</b>		<b>2.379.518.143,44</b>	<b>970.336.734,27</b>		<b>1.409.181.409,17</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	133.426.494,75	0,00	11.426.440,14		2.690.611,83		119.309.442,78	113.191.051,87		6.118.390,91
Transferências do FUNDEB	131.041.576,43	-0,00	24.439.644,53		25.688.110,57		80.913.821,33	58.174.769,01		22.739.052,32
Outros Recursos Vinculados à Educação	520.946.393,83	0,00	6.134.922,68		2.125.145,12		512.686.326,03	144.731.117,12		367.955.208,91
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	420.307.066,55	2.275.454,00	146.749.599,06		41.603.598,26		229.678.415,23	332.835.956,70		-103.157.541,47
Outros Recursos Vinculados à Saúde	346.779.621,94	-0,00	2.889.375,74		34.570,41		343.855.675,79	129.184.963,67		214.670.712,12
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.739.369,68	25.204,08	-0,00		0,00		4.714.165,60	297.222,85		4.416.942,75
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) <sup>2</sup>	336.853,29	-0,00	-0,00		82.139.492,14		-81.802.638,85	202.192,53		-82.004.831,38
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	250.014,20		175.154,03		198.309,05		-123.448,88	14.965.090,91		-15.088.539,79
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	147.919.049,81	8.915,91	0,00		24.984,87		147.885.149,03	30.456.023,53		117.429.125,50
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	27.088.772,26	0,00	-0,00		0,00		27.088.772,26	2.831.228,11		24.257.544,15
Recursos Extraorçamentários	217.933.108,80	0,00			217.933.108,80		0,00	0,00		0,00
Outros Recursos Vinculados	1.031.548.829,34	2.059,57	21.342.949,43		14.891.357,22		995.312.463,12	143.467.117,97		851.845.345,15
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>4.176.933.906,18</b>	<b>2.959.850,58</b>	<b>314.972.611,03</b>	<b>0,00</b>	<b>426.013.195,59</b>	<b>0,00</b>	<b>3.432.988.248,98</b>	<b>1.453.165.912,27</b>	<b>0,00</b>	<b>1.979.822.336,71</b>

FONTE: SIGEP/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas:

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi combinado com a orientação da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2023, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais. Assim, considerando as informações gerenciais não abrangidas pelo Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

a) O mapeamento da coluna Disponibilidade de Caixa Bruta pressupõe o detalhamento das contas de banco por fonte de recursos, o que não ocorre em Santa Catarina. Para identificação dos valores contabilizados na conta 1.1.1.1.1.00.00.00 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação foram utilizadas as contas de controle da disponibilidade (8.2.1.9.2.xx). O valor da coluna Disponibilidade de Caixa Bruta não considera o valor de R\$ 267.409,65, referente ao Limite de Saque da Defensoria Pública do Estado (UG 150001), depositado na Conta Única do Tesouro Estadual, bem como o valor de R\$ 732.322.146,84, contabilizado na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo das Unidades Gestoras do RPPS/SC.

b) Na coluna Demais Obrigações Financeiras, linha Recursos Extraordinários foram feitos os seguintes ajustes: b.1) Deduzido o valor de R\$ 267.429,35 relativo ao Depósito de Diversas Origens do RPPS/SC, contabilizado na conta 2.1.8.8.1.04.00.00 Depósitos não Judiciais, pois a contrapartida financeira está registrada na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo; b.2) Somado o valor de R\$ 6.508,24 relativo aos Valores em Trânsito Exigíveis, contabilizado na conta contábil 2.1.8.9.1.19.00.00; e b.3) Somado o valor de R\$ 30.143.821,46 relativo às Despesas sem Execução Orçamentárias, contabilizadas na conta contábil 8.6.3.2.1.00.00.00 Controles de Obrigações sem Autorização Orçamentária para Fins da LRF, prevista no mapeamento da STN, mas não gerado automaticamente no demonstrativo.

c) Na coluna De Exercício Anteriores (b) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: c.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 4.67973 e somado o valor de R\$ 631.822,02 relativo à Descentralizações do Poder Executivo ao Tribunal de Justiça.

d) Na coluna Do Exercício (c) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: c.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 150.741,96 relativo à Descentralizações do Ministério Público e somado o valor de R\$ 194.620,26 relativo à Descentralizações do Poder Executivo ao Tribunal de Justiça e c.2) Na linha Outros Recursos Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 17.980,02 relativo à Descentralizações do Tribunal de Justiça.

e) Na coluna Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: d.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 403.086,07 relativo à Descentralizações do Ministério Público (R\$ 401.651,90) e Defensoria Pública (R\$ 1.434,18); c.2) Na linha Outros Recursos Não Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 4.211.000,00 relativo à Descentralizações do Ministério Público; e c.3) Na linha Outros Recursos Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 535.879,72 relativo à Descentralizações do Tribunal de Justiça.

2. A disponibilidade de Caixa Líquida dos Recursos Não Vinculados de Impostos no valor de R\$ 68.717.311,81, pode, segundo orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª ed., página 636, ser utilizada para cobrir as insuficiências apresentadas nas linhas Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde e Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário).

a) Ajustou-se os valores da Disponibilidade de Caixa Bruta das linhas Recursos Não Vinculados de Impostos e Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde, deduzindo na primeira linha e somando-se na segunda o valor de R\$ 387.219.890,51, referente a disponibilidade de caixa da Saúde depositada na Conta Única do Tesouro Estadual.

b) Do total negativo da Disponibilidade de Caixa Líquida para a linha Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), R\$ 49.821.454,59 refere-se a passivos da fonte 0100 - Recursos do Tesouro sem repasse financeiro em 2022, e R\$ 32.520.230,08 refere-se a passivos das fontes do RPPS/SC, cujos recursos estão aplicados e contabilizados na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 701.055.729,41.

c) O valor negativo da Disponibilidade de Caixa Líquida para a linha Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração está coberto pelas aplicações financeiras da Taxa de Administração contabilizados na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 31.266.417,43.

d) A Disponibilidade de Caixa Bruta de Recursos Não Vinculados de Impostos da Defensoria Pública do Estado é recolhida ao Tesouro do Estado no encerramento do exercício financeiro, conforme Decreto nº 2.236, de 27 de outubro de 2022. O total de obrigações financeiras da Defensoria Pública na fonte de recursos e impostos é de R\$ 1.189.378,28.

3. Para fins de apuração do mínimo constitucional de Saúde (anexo 12 do RREO 6º bimestre/2022), foi desconsiderado o valor de R\$ 109.956.139,15 relativo aos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados (fonte 0100 - Recursos de Impostos). O valor dos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados da linha Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde contém despesas empenhadas na fonte de superavit (fonte 0300 - Recursos de Impostos).

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina  
 Poder: E - Executivo  
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
 Exercício: 2022  
 Periodicidade: QUADRIMESTRAL  
 Período: 3º quadrimestre

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	38.260.230.919,84
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	38.247.458.403,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	38.223.585.411,34

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.990.386.728,14	41,83
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	18.729.556.851,56	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	17.793.079.008,98	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.856.601.166,40	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	16.236.773.950,14	42,45
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	76.494.916.806,68	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias	1.599.336.022,45	4,18
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.414.440.848,73	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	38.890.047,34	0,10
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.119.593.344,53	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.677.322.088,23	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.453.165.912,27	1.979.822.336,71

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO  
 GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT  
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA  
 CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **5474RRRJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CÍCERO ALESSANDRO TEIXEIRA BARBOSA** (CPF: 559.XXX.519-XX) em 27/01/2023 às 14:19:46  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:31:33 e válido até 13/07/2118 - 13:31:33.  
(Assinatura do sistema)

✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 27/01/2023 às 15:36:39  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)

✓ **JORGINHO DOS SANTOS MELLO** (CPF: 250.XXX.199-XX) em 27/01/2023 às 17:55:31  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 11:06:20 e válido até 02/01/2123 - 11:06:20.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDY1ODRfNjU4NV8yMDIyXzU0NzRSUIJK> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00006584/2022** e o código **5474RRRJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

## Atestado

**Atesto que foi publicado, em 30/01/2023, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do(a) Governo do Estado de Santa Catarina, do 3º quadrimestre de 2022, conforme preceituam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.**

**Santa Catarina, em 31/01/2023.**

## Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JORGINHO DOS SANTOS MELLO:25084119904  
Date: 2023.01.31 14:50:28 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Governo do Estado de Santa Catarina

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



**PORTARIA Nº 027/GABS/SEF/SC, DE 25 DE JANEIRO DE 2023.**

*Torna público o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Administração Pública Estadual, relativo aos meses de novembro e dezembro de 2022.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da Constituição Estadual, TORNA PÚBLICO o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao sexto bimestre do exercício financeiro de 2022, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), composto pelos seguintes anexos:

- 1 - Balanço Orçamentário;
- 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;
- 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

CLEVERSON SIEWERT  
Secretário de Estado da Fazenda



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **1408RBWR**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 26/01/2023 às 19:01:03  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDM4ODdfMzg4N18yMDIyXzE0MDhSQldS> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00003887/2022** e o código **1408RBWR** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2022/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária							SALDO (e-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
Receitas Orçamentárias								
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35.418.551.879,00	35.418.551.879,00	6.967.283.418,27	19,67	40.426.419.962,29	114,14	-5.007.868.083,29	
RECEITAS CORRENTES	34.447.019.904,00	34.447.019.904,00	6.945.140.769,68	20,16	40.255.695.362,52	116,86	-5.808.675.458,52	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24.929.196.738,00	24.929.196.738,00	4.384.675.658,80	17,59	26.772.906.798,77	107,40	-1.843.710.060,77	
Impostos	23.253.448.896,00	23.253.448.896,00	4.120.571.436,00	17,72	25.023.589.329,30	107,61	-1.770.140.433,30	
Taxas	1.675.747.842,00	1.675.747.842,00	264.104.222,80	15,76	1.749.317.469,47	104,39	-73.569.627,47	
Contribuição de Melhoria								
CONTRIBUIÇÕES	1.628.710.764,00	1.628.710.764,00	470.147.775,18	28,87	1.930.078.882,15	118,50	-301.368.118,15	
Contribuições Sociais	1.628.710.764,00	1.628.710.764,00	470.147.775,18	28,87	1.930.078.882,15	118,50	-301.368.118,15	
Contribuições Econômicas								
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	354.828.825,00	354.828.825,00	404.965.913,14	114,13	1.700.576.370,33	479,27	-1.345.747.545,33	
RECEITA PATRIMONIAL	10.789.179,00	10.789.179,00	1.449.534,54	13,44	13.939.346,36	129,20	-3.150.167,36	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	264.896.160,00	264.896.160,00	286.960.969,77	108,33	1.522.808.626,36	574,87	-1.257.912.466,36	
Valores Mobiliários								
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	0,00	1.295.899,70	4,32	28.704.100,30	
Exploração de Recursos Naturais	7.126.030,00	7.126.030,00	768.173,48	10,78	14.858.248,87	208,51	-7.732.218,87	
Exploração do Patrimônio Intangível	2.839.289,00	2.839.289,00	355.453,18	12,52	3.351.615,58	118,04	-512.326,58	
Cessão de Direitos	39.178.167,00	39.178.167,00	115.431.762,17	294,63	144.322.370,46	366,37	-105.144.203,46	
Demais Receitas Patrimoniais								
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.977.843,00	2.977.843,00	520.686,86	17,49	1.952.180,67	65,56	1.025.662,33	
RECEITA INDUSTRIAL	28.451,00	28.451,00	53.529,87	188,06	77.646,59	272,82	-49.188,59	
RECEITA DE SERVIÇOS	540.877.660,00	540.877.660,00	115.376.768,22	21,33	629.463.157,67	116,38	-88.585.497,67	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	129.719.797,00	129.719.797,00	27.960.552,72	21,55	133.426.913,09	102,86	-3.707.116,09	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.248.758,00	3.248.758,00	393.264,36	12,11	3.558.719,92	109,54	-309.961,92	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	405.806.918,00	405.806.918,00	86.728.872,57	21,37	480.231.873,55	120,80	-84.425.555,55	
Serviços e Atividades Financeiras	2.103.087,00	2.103.087,00	294.078,57	13,88	2.245.951,11	106,79	-142.864,11	
Outros Serviços	6.556.627.256,00	6.556.627.256,00	1.432.927.805,48	21,88	8.485.802.650,53	129,44	-1.930.175.394,53	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.474.327.927,00	2.474.327.927,00	597.146.289,64	24,13	3.434.916.762,45	138,82	-860.588.835,45	
Transferências do União e de suas Entidades								
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.425.711,00	2.425.711,00	5.174.577,90	213,32	35.669.554,20	1.470,48	-33.243.843,20	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	791.257.087,00	791.257.087,00	212.514.528,25	26,86	1.170.959.328,40	147,99	-379.702.849,40	
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.275.753.637,00	3.275.753.637,00	618.031.603,25	18,87	3.844.082.724,32	117,35	-568.329.087,32	
Transferências do Exterior	11.862.894,00	11.862.894,00	60.896,44	0,51	173.673,16	1,48	11.689.220,84	
Outras Transferências	434.772.357,00	434.772.357,00	136.472.570,33	31,39	734.837.678,81	169,02	-300.065.318,81	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.548.762,00	144.548.762,00	33.860.956,81	22,87	202.455.686,15	140,06	-57.906.924,15	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	83.249.223,00	83.249.223,00	27.387.030,29	32,90	191.841.259,61	230,44	-108.592.036,61	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	935.506,00	935.506,00	24.861,99	2,66	806.287,47	86,19	129.218,53	
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	206.038.866,00	206.038.866,00	75.999.721,24	36,89	339.734.442,58	164,89	-133.695.576,58	
Demais Receitas Correntes	97.1.531.975,00	97.1.531.975,00	22.142.648,59	2,28	170.234.599,77	17,57	800.807.375,23	
RECEITAS DE CAPITAL	839.200.000,00	839.200.000,00	10.515.000,00	1,25	38.890.047,34	4,63	800.390.952,66	
OPERÇÕES DE CRÉDITO	786.200.000,00	786.200.000,00	10.515.000,00	1,34	38.890.047,34	4,95	747.309.952,66	
Operações de Crédito - Mercado Interno	53.000.000,00	53.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.000.000,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo	25.180.999,00	25.180.999,00	2.632.988,44	10,46	23.377.532,41	94,27	1.443.166,59	
ALIENACÃO DE BENS	4.624.223,00	4.624.223,00	1.006.219,00	21,76	15.927.359,61	345,79	-10.903.136,61	
Alienação de Bens Móveis	20.556.476,00	20.556.476,00	1.626.769,44	7,91	8.210.172,80	39,94	12.346.303,20	
Alienação de Bens Imóveis	29.998.094,00	29.998.094,00	4.410.013,20	14,70	34.732.174,39	115,78	-4.734.080,39	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	77.153.182,00	77.153.182,00	4.584.646,95	5,94	73.364.845,63	95,09	3.788.336,37	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.000.000,00	73.000.000,00	4.238.531,22	5,81	69.533.886,40	95,25	3.466.113,60	
Transferências da União e de suas Entidades								
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.880.699,00	3.880.699,00	314.803,51	8,11	3.500.521,79	90,20	380.177,21	
Transferências de Instituições Privadas	272.483,00	272.483,00	11,49	0,00	330.437,44	121,27	-57.954,44	
Transferências de Instituições Públicas								
Transferências do Exterior								
Transferências de Pessoas Físicas								
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados								
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL								
Integração do Capital Social								
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro								
Ressate de Títulos do Tesouro								
Demais Receitas de Capital	1.681.619.860,00	1.681.619.860,00	480.192.250,46	28,56	2.021.403.573,30	120,21	-339.783.713,30	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.100.171.739,00	37.100.171.739,00	7.447.475.668,73	20,07	42.447.823.535,59	114,41	-5.347.651.796,59	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)								
OPERÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)								
Operações de Crédito - Mercado Interno								
Mobiliária								
Contratual								
Operações de Crédito - Mercado Externo								
Mobiliária								
Contratual								
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	37.100.171.739,00	37.100.171.739,00	7.447.475.668,73	20,07	42.447.823.535,59	114,41	-5.347.651.796,59	
DÉFICIT (VI)								
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	37.100.171.739,00	37.100.171.739,00	7.447.475.668,73	20,07	42.447.823.535,59	114,41	-5.347.651.796,59	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS								
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais								

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.418.551.879,00	44.981.429.748,59	6.578.689.785,85	41.582.348.261,80	3.999.081.466,79	8.411.626.652,49	39.901.016.488,14	5.080.413.260,45	39.612.980.396,25	1.681.331.773,66
DESPESAS CORRENTES	30.185.711.236,00	35.710.576.319,10	5.622.275.608,36	34.191.380.605,75	1.519.197.713,35	6.720.804.157,45	33.073.092.295,84	2.637.468.023,26	32.806.849.902,37	1.118.289.309,91

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.588.595.627,00	22.360.495.408,24	4.332.354.023,33	22.090.924.858,48	269.570.549,76	4.297.640.354,25	22.023.866.676,81	336.628.731,43	21.962.856.116,46	67.058.181,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.215.733.604,00	1.031.758.528,22	243.511.341,58	1.018.816.220,13	12.942.308,09	243.607.455,19	1.018.760.486,97	12.998.041,25	1.018.760.486,97	55.733,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.381.382.005,00	12.318.324.382,64	1.046.410.243,45	11.081.639.527,14	1.236.884.855,50	2.179.556.348,01	10.030.465.132,06	2.287.859.250,58	9.827.233.298,94	1.051.174.395,08
Transferências a Municípios										
Demais Despesas Correntes	9.381.382.005,00	12.318.324.382,64	1.046.410.243,45	11.081.639.527,14	1.236.884.855,50	2.179.556.348,01	10.030.465.132,06	2.287.859.250,58	9.827.233.298,94	1.051.174.395,08
DESPESAS DE CAPITAL	5.231.840.643,00	9.270.851.429,49	956.414.177,49	7.390.987.666,05	1.879.883.773,44	6.827.924.192,30	6.890.822.498,04	2.442.927.237,19	6.804.130.493,88	563.043.463,75
INVESTIMENTOS	3.995.089.645,00	7.294.633.901,44	462.985.348,16	5.441.301.767,15	1.853.332.134,29	1.196.403.782,25	4.876.405.038,80	2.416.228.862,64	4.854.611.340,38	562.896.728,35
INVERSOES FINANCEIRAS	274.359.600,00	407.728.542,01	26.952.525,00	395.239.860,46	12.498.961,55	27.808.937,55	395.149.860,46	12.578.961,55	395.149.860,46	80.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	962.391.498,00	1.568.488.986,04	466.476.304,33	1.554.438.008,44	14.052.977,60	466.609.775,24	1.554.369.273,04	14.119.713,00	1.554.369.273,04	66.735,40
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.681.619.860,00	2.073.410.616,73	390.690.123,83	2.046.677.263,70	26.733.353,03	403.692.731,19	2.042.892.961,75	30.517.654,98	2.011.370.745,45	3.784.301,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (IX) + (XII)	37.100.171.739,00	47.054.840.365,32	6.969.379.909,68	43.629.025.525,50	3.425.814.839,82	8.815.319.383,67	41.943.909.449,89	5.110.930.915,43	41.624.351.141,70	1.685.116.075,61
AMORTIZACAO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X) + (XII)	37.100.171.739,00	47.054.840.365,32	6.969.379.909,68	43.629.025.525,50	3.425.814.839,82	8.815.319.383,67	41.943.909.449,89	5.110.930.915,43	41.624.351.141,70	1.685.116.075,61
SUPERÁVIT (XIII)							503.914.085,70		823.472.393,89	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIII) = (XII) + (XIII)	37.100.171.739,00	47.054.840.365,32	6.969.379.909,68	43.629.025.525,50		8.815.319.383,67	42.447.823.535,59		42.447.823.535,59	1.685.116.075,61
RESERVA DO RPPS										

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
Receitas Intra-Orçamentárias							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.681.619.860,00	1.681.619.860,00	480.192.250,46	28,56	2.021.403.573,30	120,21	-339.783.713,30
RECEITAS CORRENTES	1.671.619.860,00	1.671.619.860,00	473.392.250,46	28,32	2.014.603.573,30	120,52	-342.983.713,30
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.325.339.513,00	1.325.339.513,00	390.853.661,92	29,49	1.599.102.187,09	120,66	-273.762.674,09
Contribuições Sociais	1.325.339.513,00	1.325.339.513,00	390.853.661,92	29,49	1.599.102.187,09	120,66	-273.762.674,09
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
RECEITA PATRIMONIAL	1.283.331,00	1.283.331,00	204.856,53	15,96	1.083.570,63	84,43	199.760,37
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.283.331,00	1.283.331,00	204.856,53	15,96	1.083.570,63	84,43	199.760,37
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL	292.870.597,00	292.870.597,00	60.544.760,27	20,67	345.508.169,66	117,97	-52.637.572,66
RECEITA DE SERVIÇOS	796.280,00	796.280,00	0,00	0,00	796.280,00	0,00	796.280,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.126.419,00	52.126.419,00	21.788.971,74	41,80	68.909.645,92	132,20	-16.783.226,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	52.126.419,00	52.126.419,00	21.788.971,74	41,80	68.909.645,92	132,14	-16.753.226,92
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes					30.000,00		-30.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	10.000.000,00	6.800.000,00	68,00	6.800.000,00	68,00	3.200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	10.000.000,00	6.800.000,00	68,00	6.800.000,00	68,00	3.200.000,00
Integração do Capital Social	10.000.000,00	10.000.000,00	6.800.000,00	68,00	6.800.000,00	68,00	3.200.000,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.681.619.860,00	2.073.410.616,73	390.690.123,83	2.046.677.263,70	26.733.353,03	403.692.731,18	2.042.892.961,75	30.517.654,98	2.011.370.745,45	3.784.301,95
DESPESAS CORRENTES	1.680.770.228,00	2.032.001.372,94	370.577.311,41	2.006.462.270,89	25.539.302,05	383.574.668,76	2.002.997.168,94	29.004.404,00	1.971.474.952,64	3.465.101,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.424.293.047,00	1.643.225.408,42	306.037.674,13	1.630.726.376,01	12.498.030,41	310.521.100,11	1.630.168.929,67	13.036.470,75	1.626.161.638,80	537.448,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.487.181,00	388.776.164,52	64.539.637,28	375.735.892,88	13.040.271,64	73.053.568,65	372.808.239,27	15.967.925,25	343.313.313,84	2.927.653,61
DESPESAS DE CAPITAL	849.632,00	41.409.043,79	20.112.812,42	40.214.992,81	1.194.050,98	20.116.062,42	39.895.792,81	1.513.250,98	39.895.792,81	319.200,00

INVESTIMENTOS	847.632,00	34.609.043,79	13.312.812,42	33.414.992,81	1.194.050,98	13.318.062,42	33.095.792,81	1.513.250,98	33.095.792,81	319.200,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.000,00	6.800.000,00	6.800.000,00	6.800.000,00	0,00	6.800.000,00	6.800.000,00	0,00	6.800.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

FONTE: SIGEF/ISC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

- Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre.
- Nos valores das receitas já estão consideradas as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas aos Contribuintes.
- No Estado de Santa Catarina as transferências constitucionais e legais aos Municípios são contabilizadas na dedução da receita.
- Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022 estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MENCHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função/Subfunção	Execução da Despesa													
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%(b/total a)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%(d/total c)	SALDO (e) = (c-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	35.418.551.679,00	44.981.429.748,85	3.399.081.486,79	6.578.689.785,85	95,31	3.399.081.486,79	8.411.626.652,49	39.901.016.468,14	95,13	5.080.413.267,45	1.681.331.737,66			
Legislativa	926.084.088,00	915.338.597,86	140.768.207,20	736.330.396,00	1,69	179.008.201,86	146.543.183,03	653.368.284,84	1,56	261.970.313,02	82.962.111,16			
Ação Legislativa	104.001.320,00	101.691.320,00	6.394.708,84	53.653.172,94	0,12	46.038.147,06	3.773.817,32	41.184.925,07	0,10	60.506.393,93	12.321.646,87			
Controle Externo														
FU01 - Administração Geral	749.842.768,00	752.728.811,53	135.910.200,69	641.399.230,84	1,47	111.339.580,69	132.511.432,43	585.236.202,94	1,40	167.492.608,59	56.153.027,90			
FU01 - Demais Subfunções	72.240.000,00	69.516.466,33	-3.536.702,33	41.257.392,22	0,09	19.630.474,11	4.257.393,28	26.947.155,83	0,06	33.971.310,59	14.340.336,39			
Judiciária	2.530.987.747,00	2.875.138.399,43	524.995.046,12	2.645.589.090,49	6,06	233.649.308,94	621.176.330,35	2.595.793.550,73	6,19	279.345.748,70	49.796.439,76			
Ação Judiciária	68.601.716,00	100.383.742,22	-9.602.413,39	66.220.114,63	0,15	34.163.625,59	14.823.730,88	56.237.602,39	0,13	44.146.137,83	9.982.512,24			
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário														
FU02 - Administração Geral	2.271.209.230,00	2.570.436.642,81	538.605.584,44	2.455.267.377,81	5,63	115.169.285,00	584.554.628,94	2.433.403.178,71	5,80	137.033.464,10	21.864.199,10			
FU02 - Demais Subfunções	190.256.801,00	204.318.016,40	-4.008.125,93	124.101.598,05	0,28	80.216.418,35	22.337.970,53	106.151.869,63	0,25	98.166.146,77	17.949.728,42			
Essencial à Justiça	1.205.071.311,00	1.629.247.715,39	278.408.800,59	1.346.403.811,22	3,09	282.843.904,17	293.697.945,56	1.247.250.014,98	2,97	381.997.700,41	99.153.796,24			
Defesa da Ordem Jurídica	653.352.584,00	993.522.322,69	240.034.592,74	930.277.304,12	2,13	63.245.018,57	195.233.473,71	872.498.054,18	2,08	121.024.268,51	57.779.249,94			
Representação Judicial e Extrajudicial	122.245.984,00	109.295.940,39	14.472.875,11	99.118.792,85	0,23	10.179.147,64	27.556.376,42	96.393.298,72	0,23	12.912.655,67	2.733.506,13			
FU03 - Administração Geral	303.669.806,00	25.152.543,17	-228.485.510,83	200.284.123,52	0,52	171.799.112,31	50.527.197,55	206.624.931,93	0,49	193.658.590,99	21.859.478,68			
FU03 - Demais Subfunções	125.902.937,00	126.144.829,17	-1.251.010,43	88.524.203,42	0,20	37.620.625,75	20.380.898,26	71.742.641,93	0,17	54.402.187,24	16.781.561,91			
Administração	2.100.055.351,00	2.642.807.056,57	208.807.577,38	2.404.340.525,98	5,51	238.466.530,89	429.609.681,33	2.230.351.735,03	5,32	412.455.321,54	173.988.790,65			
Planejamento e Orçamento														
FU04 - Administração Geral	661.279.966,00	782.174.558,00	98.629.374,12	734.449.174,74	1,68	47.725.360,26	146.350.687,07	713.081.840,91	1,70	69.092.717,09	21.367.356,83			
Administração Financeira	491.840.354,00	491.840.354,00	54.455.265,99	680.554.029,96	1,56	7.167.849,21	108.410.615,22	675.814.372,55	1,61	11.907.500,62	4.739.657,41			
Controle Interno	2.029.630,00	153.600,00		153.600,00	0,00	0,00		153.600,00	0,00	0,00				
Normatização e Fiscalização														
Tecnologia da Informação	37.686.050,00	46.619.818,94	3.016.810,72	33.766.913,55	0,08	12.852.905,39	7.140.316,02	26.715.989,66	0,06	19.903.829,28	7.050.923,89			
Ordenamento Territorial														
Formação de Recursos Humanos	2.583.867,00	2.378.953,98	105.610,76	1.228.281,17	0,00	1.150.672,81	477.509,58	1.167.128,49	0,00	1.211.825,49	61.152,88			
Administração de Receitas	111.567.346,00	95.228.568,75	1.279.719,48	4.031.625,08	0,10	53.196.943,67	6.679.943,67	35.309.042,11	0,08	59.919.526,64	6.722.582,97			
Administração de Concessões	52.700.000,00	1.295.899,70		1.295.899,70	0,05	1.295.899,70		1.295.899,70	0,05					
Comunicação Social	25.400.000,00	23.961.014,07	356.178,50	23.761.012,57	0,05	200.081,50		195.985,64	0,06	564.018,89	364.018,39			
FU04 - Demais Subfunções	714.968.138,00	1.003.272.763,96	50.964.617,81	888.395.865,61	2,04	114.876.998,35	160.361.778,06	754.712.767,13	1,80	248.550.998,83	133.683.098,48			
Defesa Nacional														
Defesa Aérea														
Defesa Naval														
Defesa Terrestre														
FU05 - Administração Geral														
FU05 - Demais Subfunções														
Segurança Pública	3.336.913.131,00	3.623.528.120,94	558.355.672,84	3.369.120.457,15	7,72	254.407.663,79	649.122.518,25	3.182.366.403,13	7,59	441.161.717,81	186.754.054,02			
Policciamento	340.750.441,00	325.397.557,25	53.008.200,84	377.053.883,24	0,86	146.343.674,01	79.039.380,45	286.707.785,56	0,68	266.689.771,69	90.346.997,68			
Defesa Civil	185.735.503,00	218.743.457,15	13.848.827,07	197.049.926,65	0,45	21.683.530,50	46.280.913,89	143.017.133,88	0,34	75.726.323,27	54.032.792,77			
Informação e Inteligência	71.462.530.984,00	12.711.730.841,00	95.261.868,94	95.261.868,94	0,21	4.569.263,94	19.227.603,64	94.364.204.979,61	0,21	6.176.979,64	6.176.979,64			
FU06 - Administração Geral	2.621.964.937,00	2.613.795.962,83	470.379.343,25	2.577.347.938,31	0,91	36.448.014,52	670.347.367,78	2.551.471.869,79	0,96	62.324.068,24	5.676.051,52			
FU06 - Demais Subfunções	116.979.747,00	172.460.415,07	8.407.433,60	127.107.524,54	0,29	45.352.890,53	26.837.252,68	116.785.391,93	0,28	55.675.023,14	10.322.132,61			
Relações Exteriores	200.000,00													
Relações Diplomáticas														
Cooperação Internacional	200.000,00													
FU07 - Administração Geral														
FU07 - Demais Subfunções														
Assistência Social	136.545.335,00	203.149.661,84	24.323.355,03	154.487.751,86	0,35	48.661.909,78	29.890.772,81	146.916.786,16	0,35	56.232.875,48	7.570.965,70			
Assistência ao Idoso	50.255.616,00	6.177.525,84		6.177.525,84				6.177.525,84						
Assistência ao Portador de Deficiência	810.000,00	3.487.516,90		3.487.516,90				3.487.516,90						
Assistência à Criança e ao Adolescente	36.582.039,00	144.647.908,26	16.472.470,52	105.758.748,46	0,24	38.889.159,78	21.502.903,34	99.088.655,23	0,24	45.555.253,03	6.670.093,25			
Assistência Comunitária	16.847.432,00	18.713.180,19	2.700.819,63	16.605.496,43	0,04	107.683,76	3.011.237,30	15.762.171,32	0,04	951.008,87	843.325,11			
FU08 - Administração Geral	32.500.248,00	5.150.064,88	32.123.530,47	32.123.530,95	0,07	23,50	3.376.632,17	32.065.959,61	0,08	57.570,84	57.570,84			
FU08 - Demais Subfunções	8.082.890.731,00	9.113.467.813,94	1.623.962.993,95	9.021.316.198,11	2,04	92.151.625,83	1.626.457.549,02	9.006.146.999,47	21,47	107.318.814,47	15.167.186,84			
Previdência Social														
Previdência Básica	6.374.013.617,00	7.225.819.826,47	1.284.223.276,57	7.207.119.834,94	16,52	18.699.991,53	1.284.363.405,33	7.206.917.642,41	17,18	18.902.184,06	202.192,53			
Previdência Complementar														
Previdência Especial	1.526.167.530,00	1.687.894.255,59	292.384.076,12	1.621.885.900,12	3,72	66.008.355,47	292.384.076,12	1.621.885.900,12	3,69	66.008.355,47				
FU09 - Administração Geral	99.963.584,00	106.120.969,43	102.431.063,62	102.431.063,62	0,23	3.669.096,21	16.821.546,49	9.999.999,99	0,22	13.337.020,14	9.667.923,93			
FU09 - Demais Subfunções	82.746.000,00	93.653.572,05	28.246.661,83	89.979.389,43	0,21	3.774.162,62	32.888.521,08	84.592.317,25	0,20	9.071.254,80	5.297.072,19			
Saúde	4.825.789.979,00	6.211.109.392,34	773.337.574,07	5.919.742.386,98	13,57	201.367.005,46	1.208.864.360,39	5.457.721.486,51	13,01	663.387.925,83	462.020.920,37			
Atenção Básica	205.563.864,00	139.056.027,38	-30.451.550,05	139.056.027,38	0,31	2.367.306,89	25.212.520,04	1.339.618.233,00	0,32	1.339.618,23	1.339.618,23			
Atenção Especializada	2.484.130.334,00	3.588.648.658,12	383.198.787,98	3.588.648.658,12	7,86	158.813.311,39	723.134.410,85	3.042.007.872,02	7,25	546.640.782,10	387.827.782,10			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	101.566.800,00	125.325.002,74	21.449.965,29	121.304.222,72	0,28	4.020.780,02	13.492.114,67	99.599.104,07	0,24	25.795.898,67	21.705.718,65			
Suporte Profilático e Terapêutico	3.436.374,00	25.321.163,02	23.376.869,89	25.321.163,02	0,01	19.978.233,22	2.115.137,90	11.402.519,12	0,01	11.402.519,12	11.402.519,12			
Atenção Especializada	4.666.000,00	30.949.256,59	1.253.198,58	16.646.220,78	0,04	12.303.035,81	1.548.112,80	16.536.824,27	0,04	14.412.432,32	2.109.396,91			
Alimentação e Nutrição														
FU10 - Administração Geral	1.849.931.979,00	1.897.162.861,19	354.632.861,19	1.891.162.861,19	4,58	6.766.505,42	390.677.415,76	1.871.826.081,28	4,70	26.007.285,33	18.238.779,81			
FU10 - Demais Subfunções	174.684.628,00	225.677.930,88	42.820.547,27	219.562.118,17	0,50	6.115.812,71	54.049.224,18	190.165.033,82	0,45	38.452.897,06	29.377.084,35			
Trabalho	560.470,00	6.281.249,01	78.098,06	6.280.779,01	0,01	470,00	1.296.855,16	5.944.729,60	0,01	336.049,41	336.049,41			
Proteção e Benefícios ao Trabalhador														

Direitos da Cidadania	1.340.956.746,00	1.596.495.777,78	238.192.868,18	1.409.757.071,50	3,23	186.738.706,28	282.074.713,45	1.325.074.561,18	3,16	271.421.216,60	84.682.510,32
Custódia e Reinserção Social	420.183.140,00	480.194.340,01	51.292.440,64	369.974.763,36	0,85	110.219.576,63	78.120.291,19	308.728.806,98	0,74	171.465.533,03	61.245.956,40
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	2.400.000,00	79.245.923,23	79.245.923,23	2.342.586,23	0,01	1.368,00	103.672,93	2.307.997,66	0,01	39.586,57	34.588,57
Assistência aos Povos Indígenas											
FUJ4 - Demais Subfunções	884.615.901,00	1.014.033.127,13	185.584.718,34	1.010.979.829,92	2,32	3.053.297,21	199.181.705,14	992.688.796,22	2,37	21.344.331,91	18.291.034,70
FUJ4 - Demais Subfunções	33.757.705,00	1.236.463,87	1.236.463,87	26.499.891,97	0,06	73.464.464,44	4.669.044,19	11.348.961,32	0,05	78.575.398,09	5.110.930,65
Urbanismo	2.046.828,00	20.298.507,93	1.337.371,85	19.764.857,06	0,05	533.650,87	2.274.871,85	13.604.929,06	0,03	6.693.576,80	6.159.928,00
Infra-Estrutura Urbana		1.337.371,85	1.337.371,85	19.764.857,06	0,05	0,00		13.604.929,06	0,03	6.159.928,00	6.159.928,00
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	2.046.828,00	533.650,87	0,00	533.650,87	0,01	533.650,87				533.650,87	
FU15 - Demais Subfunções											
Habituação	77.335.743,00	82.339.084,27	-1.396.548,41	33.667.115,15	0,08	48.671.969,12	11.617.576,63	32.172.303,74	0,08	50.166.780,53	1.494.811,41
Habituação Rural											
Habituação Urbana											
FU16 - Administração Geral	6.745.743,00	11.316.224,27	1.320.774,06	6.339.898,57	0,01	4.976.325,70	1.356.308,73	6.278.505,79	0,01	5.037.716,48	61.392,78
FU16 - Demais Subfunções	70.590.000,00	71.022.860,00	-2.717.322,47	10.261.262,47	0,06	43.695.643,42	10.261.262,47	25.893.797,95	0,06	14.259.062,05	1.433.418,63
Saneamento	1.239.500,00	1.065.665,17	64.167,76	167.225,78	0,00	898.429,39	73.494,39	167.225,78	0,00	898.429,39	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral	1.239.500,00	1.065.665,17	64.167,76	167.225,78	0,00	898.429,39	73.494,39	167.225,78	0,00	898.429,39	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	188.443.172,00	211.106.143,11	21.677.585,30	128.673.839,26	0,29	84.432.303,85	28.797.748,95	117.653.307,49	0,28	93.452.835,62	9.020.531,77
Preservação e Conservação Ambiental	36.300.000,00	7.789.941,14	2.188.174,24	5.574.127,24	0,01	2.215.813,90	2.516.326,83	5.024.279,13	0,01	2.765.662,01	549.848,11
Controle Ambiental	15.708.643,00	61.688.906,14	1.957.503,43	14.173.636,12	0,03	47.515.270,02	3.602.775,41	13.464.026,89	0,03	48.224.879,25	709.609,23
Recuperação de Áreas Degradadas	150.000,00	3.020.137,81	-3.000.000,00	3.020.137,81	0,01	0,00		3.020.137,81	0,01	0,00	
Recursos Hídricos	57.672.368,00	33.530.935,49	3.045.303,94	13.091.363,13	0,03	20.438.972,36		11.695.915,12	0,03	21.835.022,37	1.396.050,01
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	58.187.711,00	77.656.641,32	14.466.127,29	77.298.365,24	0,18	358.276,08	15.028.724,82	76.901.860,66	0,18	754.780,66	396.504,58
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	46.477.461,00	64.999.977,96	3.638.506,36	37.296.173,45	0,09	27.703.804,51	27.703.804,51	36.894.819,74	0,09	28.105.159,22	401.354,71
Desenvolvimento Científico	24.527.326,00	24.166.008,82	5.500.611,76	15.781.574,22	0,04	8.384.434,60	6.241.571,60	15.761.934,06	0,04	8.404.074,76	19.640,16
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	750.000,00	521.320,61	44.372,00	521.320,34	0,00	0,27	110.096,00	482.044,34	0,00	39.276,27	39.276,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	15.162.132,00	28.500.833,98	-2.168.155,29	15.490.027,99	0,04	13.010.806,29	4.052.917,75	15.490.027,99	0,04	13.010.806,29	
FU19 - Administração Geral	4.465.003,00	7.789.471,89	380.619,73	2.974.981,70	0,01	2.974.981,70	928.485,91	4.573.645,55	0,01	3.215.828,34	240.846,64
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Irrigação	710.500,00	1.297.302.514,58	1.430.142,67	10.757.040,68	0,02	1.249.949,17	1.124.949,17	10.757.040,68	0,02	2.543,95	
Promoção da Produção Agropecuária	1.573.000,00	4.022.342,66	-119.941,84	688.761,01	0,00	3.333.581,65	131.503,07	587.169,10	0,00	3.435.173,56	101.591,91
Defesa Agropecuária	823.720.717,00	1.297.302.514,58	187.491.810,15	1.240.978.910,80	2,84	56.323.703,78	262.894.666,98	1.224.564.590,70	2,82	72.737.923,88	16.414.220,10
Extensão Rural	63.938.070,00	109.910.033,10	1.430.142,67	10.757.040,68</							



FL17 - Administração Geral													
FL17 - Demais Subfunções	13.517.174,00	16.613.150,12	2.986.081,67	16.577.917,12	0,04	35.233,00	2.985.362,96	16.576.811,21	0,04	36.338,91	1.105,91		
Gestão Ambiental													
Preservação e Conservação Ambiental													
Controle Ambiental	233,00	233,00					233,00			233,00			
Recuperação de Áreas Degradadas													
Recursos Hídricos													
Meteorologia													
FL18 - Administração Geral	13.076.941,00	16.571.224,72	2.986.081,67	16.571.224,72	0,04	0,00	2.985.362,96	16.570.118,81	0,04	1.105,91	1.105,91		
FL18 - Demais Subfunções	440.000,00	41.692,40			0,00	35.000,00		6.692,40	0,00	35.000,00			
Ciência e Tecnologia	253.913,00	478.585,25	57.094,52	478.585,25	0,00	0,00	57.745,37	478.385,25	0,00	200,00	200,00		
Desenvolvimento Científico													
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia													
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico													
FL19 - Administração Geral	253.913,00	477.997,03	57.706,30	477.997,03	0,00	0,00	57.706,30	477.997,03	0,00	0,00			
FL19 - Demais Subfunções			-811,78	588,22	0,00	0,00	39,07	388,22	0,00	200,00	200,00		
Agricultura	5.214.782,00	1.898.424,82	142.610,04	1.829.408,66	0,00	69.016,16	258.622,75	1.815.693,07	0,00	82.731,75	13.715,59		
Abastecimento													
Extensão Rural													
Inoculação													
Promoção da Produção Agropecuária	4.000,00	11.000,00	-5.858,48	2.996,49	0,00	8.003,51		2.996,49	0,00	8.003,51			
Defesa Agropecuária	47.800,00	83.119,48	-27.757,91	49.784,97	0,00	33.334,51		49.784,97	0,00	33.334,51			
FL20 - Administração Geral	2.921.224,00	1.672.242,86	213.297,52	1.646.364,72	0,00	25.978,14	255.642,37	1.634.956,95	0,00	37.285,91	11.407,77		
FL20 - Demais Subfunções	2.241.958,00	132.062,48	-37.071,09	130.262,48	0,00	1.800,00	2.980,38	127.954,66	0,00	-4.107,82	2.307,82		
Organização Agrária													
Reforma Agrária													
Colonização													
FL21 - Administração Geral													
FL21 - Demais Subfunções													
Indústria													
Promoção Industrial													
Produção Industrial													
Mineração													
Propriedade Industrial													
Normalização e Qualidade													
FL22 - Administração Geral													
FL22 - Demais Subfunções													
Comércio e Serviços	3.740.233,00	3.742.322,49	485.970,38	2.775.235,98	0,01	967.086,51	485.987,90	2.774.585,58	0,01	967.736,91	650,40		
Promoção Comercial													
Comercialização													
Comércio Exterior													
Serviços Financeiros													
Turismo													
FL23 - Administração Geral	3.616.885,00	3.618.696,10	485.970,38	2.774.165,26	0,01	844.530,84	485.970,38	2.774.165,26	0,01	844.530,84			
FL23 - Demais Subfunções	123.348,00	123.626,39	0,00	1.070,72	0,00	122.955,67	17,52	420,32	0,00	123.206,07	650,40		
Comunicações													
Comunicações Postais													
Telecomunicações													
FL24 - Administração Geral													
FL24 - Demais Subfunções													
Energia													
Conservação de Energia													
Energias Elétricas													
Combustíveis Mnerais													
Biocombustíveis													
FL25 - Administração Geral													
FL25 - Demais Subfunções													
Transporte	31.398.127,00	58.704.120,29	17.426.037,32	57.835.259,31	0,13	868.860,98	17.432.513,15	57.834.515,54	0,14	869.604,75	743,77		
Transporte Aéreo													
Transporte Rodoviário	4.000.000,00	33.131.411,79	13.312.812,42	32.784.992,81	0,08	346.418,98	13.312.812,42	32.784.992,81	0,08	346.418,98			
Transporte Ferroviário													
Transporte Hidroviário													
Transportes Especiais	26.898.127,00	25.554.264,06	4.119.224,98	25.031.822,06	0,06	522.442,00	4.119.224,98	25.031.822,06	0,06	522.442,00			
FL26 - Administração Geral	500.000,00	18.444,44	-6.000,08	18.444,44	0,00	0,00	475,75	17.700,67	0,00	743,77	743,77		
FL26 - Demais Subfunções													
Desporto e Lazer													
Desporto de Rendimento													
Desporto Comunitário													
Lazer													
FL27 - Administração Geral													
FL27 - Demais Subfunções													
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00			
Refinanciamento da Dívida Interna													
Refinanciamento da Dívida Externa													
Serviço da Dívida Interna													
Serviço da Dívida Externa													
Transferências													
Outros Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00			
Transferências para a Educação Básica													
FL28 - Demais Subfunções													
Reserva de Contingência													

FONTE: SIGEP/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas  
1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZELA LUZA MEINCHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSO 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2022
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22			
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	4.940.923.780,37	5.102.485.706,84	4.476.478.656,65	5.058.815.162,38	5.140.210.694,96	4.585.676.001,76	4.544.884.659,58	4.450.115.180,27	4.414.350.447,82	4.569.899.533,26	4.277.716.405,78	5.159.636.004,28	56.730.192.235,95	49.717.310.284,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.939.210.261,72	3.865.924.279,57	3.375.529.112,94	3.946.322.160,93	3.887.109.297,44	3.439.133.809,68	3.425.952.081,88	3.331.815.578,06	3.350.948.732,55	3.340.171.569,02	3.164.146.218,08	3.608.375.510,14	42.674.638.510,01	39.763.928.782,00	
ICMS	3.394.723.147,72	3.285.834.286,60	2.651.360.581,91	3.306.050.380,48	3.129.145.661,36	2.752.964.790,24	2.723.835.792,51	2.553.552.353,19	2.650.726.645,89	2.655.274.132,11	2.605.524.080,93	2.883.351.421,30	34.592.343.274,24	33.241.445.237,00	
IPVA	221.976.896,99	224.246.333,66	332.111.092,63	268.672.766,11	342.465.737,22	300.269.126,17	276.176.990,09	326.259.037,49	275.467.234,56	266.335.882,67	147.931.649,62	108.503.865,17	3.089.416.612,38	2.379.720.442,00	
IRRF	46.733.252,55	69.017.272,68	56.748.010,29	63.410.919,56	62.494.864,94	56.372.745,93	66.236.153,81	70.404.618,93	66.556.786,26	68.707.623,79	68.148.965,47	76.653.062,41	771.484.076,62	551.608.420,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	166.836.463,21	165.001.890,53	174.686.370,76	172.855.358,68	180.427.521,96	173.614.310,47	207.173.662,12	205.402.764,30	204.271.182,45	203.523.222,30	205.806.724,32	412.497.618,20	2.472.077.079,30	1.915.406.841,00	
Contribuições	108.940.501,25	121.824.506,10	160.643.057,35	135.332.736,10	172.575.711,96	155.912.836,87	152.529.483,35	177.196.804,15	153.926.903,39	146.330.708,15	136.734.797,74	127.369.423,06	1.749.317.469,47	1.675.747.842,00	
Receita Patrimonial	136.905.738,23	137.920.810,69	139.628.607,33	139.566.358,65	145.292.808,85	141.278.070,89	152.904.987,85	155.212.266,02	156.627.041,35	154.694.417,11	155.145.065,16	315.002.710,02	1.930.078.882,15	1.628.710.764,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	113.925.064,99	76.079.027,46	105.497.800,47	102.036.901,66	170.326.456,83	130.216.705,64	186.716.025,48	117.531.598,14	110.392.093,25	202.386.763,27	134.541.739,80	270.424.173,34	1.700.576.370,33	354.828.825,00	
Outras Receitas Patrimoniais	109.808.818,91	72.100.524,49	96.090.012,25	94.588.763,96	162.694.666,39	106.105.096,24	162.680.410,26	110.615.999,08	102.464.154,05	195.591.077,65	110.361.785,17	141.649.338,22	1.463.750.646,87	264.892.777,00	
Receita Agropecuária	4.016.246,08	3.978.502,97	10.407.788,22	7.448.137,80	8.231.790,44	24.111.609,40	4.037.615,22	6.915.599,06	7.927.939,20	6.795.705,32	24.179.954,63	128.774.835,12	236.825.723,46	89.936.048,00	
Receita Industrial	35.413,94	76.916,80	161.296,07	134.775,28	206.339,00	141.053,71	78.071,27	34.263,80	345.702,96	217.659,18	178.695,00	341.993,66	1.952.180,67	2.977.843,00	
Receita de Serviços	9.118.131,68	80.598.089,82	52.704.197,78	49.945.894,17	51.982.794,39	53.146.872,36	50.086.944,35	53.447.546,51	54.003.303,49	59.055.713,90	59.321.189,76	56.055.376,46	629.463.157,67	540.877.690,00	
Transferências Correntes	694.707.580,73	900.925.801,97	752.173.756,62	762.450.263,86	837.319.948,22	767.175.903,10	687.086.093,80	673.635.351,56	698.799.818,64	746.999.755,58	711.681.214,31	825.612.322,13	9.058.567.810,72	6.991.185.592,00	
Cota-Parte do FPE	164.920.116,61	241.089.957,25	142.296.349,73	171.229.063,73	187.284.453,71	177.272.305,64	155.262.167,20	176.591.582,08	146.859.213,82	153.426.166,39	195.739.478,17	207.682.169,81	2.119.653.024,14	1.396.640.799,00	
Transferências da LC nº 87/1996															
Transferências da LC nº 61/1989															
Transferências do FUNDEB	34.534.044,25	30.879.034,88	34.982.756,13	35.578.477,67	18.914.863,30	26.686.762,33	21.910.591,38	28.904.865,67	29.499.880,60	21.450.891,52	30.477.270,06	341.326.990,42	390.575.439,00		
Outras Transferências Correntes	148.245.987,26	369.506.280,32	299.938.465,90	354.392.935,29	348.784.220,50	313.378.473,34	301.681.495,72	296.572.680,26	296.501.547,04	296.648.275,44	297.326.837,87	330.598.065,88	3.843.755.264,32	3.275.753.637,00	
Outras Receitas Correntes	47.007.432,51	259.450.539,52	274.956.185,06	201.249.787,17	282.336.410,71	249.838.361,79	202.634.888,35	203.544.964,92	201.369.725,03	267.425.433,15	197.164.007,25	266.854.816,38	1.928.215.717,00		
DEDUÇÕES (II)	56.121.589,08	40.963.276,53	50.769.103,64	58.365.407,83	47.373.050,23	54.582.596,38	62.056.797,93	93.272.787,10	68.397.454,66	66.463.042,10	52.692.254,73	83.780.315,60	734.837.675,81	434.772.357,00	
Transferências Constitucionais e Legais	1.688.231.925,38	1.687.447.961,61	1.466.921.512,50	1.685.065.735,66	1.668.552.355,77	1.485.821.438,62	1.471.842.299,55	1.442.754.252,77	1.453.778.208,63	1.450.380.452,55	1.355.747.887,16	1.623.417.694,91	16.469.961.316,11	16.944.006.101,00	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	970.261.777,03	941.301.486,58	837.641.372,24	972.007.935,96	958.247.981,83	845.047.442,42	827.767.083,08	806.495.244,92	805.646.812,67	731.438.901,30	794.014.617,79	10.288.241.484,57	9.597.865.391,00		
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	136.631.152,05	137.773.299,21	139.563.984,64	139.417.511,03	145.139.137,37	141.210.202,98	152.776.605,58	155.088.746,69	156.409.359,81	155.036.731,62	134.803.315,29	1.928.135.896,13	1.625.329.380,00		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	274.366,19	1.392.669,82	3.521.453,54	3.413.760,70	2.690.625,40	3.413.401,57	3.176.713,74	6.585.471,64	10.311.667,34	6.892.456,33	5.608.568,29	13.491.690,87	32.056.171,00		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.147.481,19	5.027.440,74	10.223.231,97	5.186.937,32	6.063.269,75	5.074.112,15	3.503.978,29	6.340.216,99	5.074.112,15	8.992.970,98	1.610.592,19	5.979.174,41	63.408.154,63	16.330.170,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.261.691.854,90	3.433.937.745,23	3.009.557.146,15	3.363.749.426,72	3.471.658.339,19	3.099.854.562,14	3.073.042.360,03	3.007.360.927,50	2.960.572.239,19	3.119.519.080,71	2.921.968.918,62	3.536.218.319,37	38.260.230.919,84	32.773.304.183,00	
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)		1.100.000,00			201.218,00			11.471.298,50					12.772.516,90		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.261.691.854,90	3.433.937.745,23	3.009.557.146,15	3.363.548.208,72	3.471.658.339,19	3.088.383.263,64	3.073.042.360,03	3.007.360.927,50	2.960.572.239,19	3.119.519.080,71	2.921.968.918,62	3.536.218.319,37	38.247.458.403,34	32.773.304.183,00	
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)							23.472.992,00					400.000,00	23.872.992,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.261.691.854,90	3.433.937.745,23	3.009.557.146,15	3.363.548.208,72	3.471.658.339,19	3.064.910.271,64	3.073.042.360,03	3.007.360.927,50	2.960.572.239,19	3.119.519.080,71	2.921.968.918,62	3.535.818.319,37	38.223.585.411,34	32.773.304.183,00	

FONTE: SIGEF/ISC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre de 2022. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

- Na linha DEDUÇÕES (II) e Deduções de Receita para Formação do FUNDEB não foram considerados os valores transferidos aos municípios em atendimento a Lei 17.053/2016, conforme entendimento firmado no Processo SEF 8165/2016. Dessa forma, o valor gerado automaticamente pelo SICONFI na linha Dedução de Receita para Formação do FUNDEB difere do valor publicado, pois no mapeamento utilizado pelo SICONFI estas deduções foram consideradas.
- Na linha DEDUÇÕES (II) e Deduções de Transferências Constitucionais e Legais não foram considerados os valores transferidos aos municípios em atendimento ao Acórdão nº 329/2019 do TC/SC, conforme entendimento firmado no Processo SEF 5054/2021. Dessa forma, o valor gerado automaticamente pelo SICONFI na linha Dedução de Transferências Constitucionais difere do valor publicado, pois no mapeamento utilizado pelo SICONFI estas deduções foram consideradas.
- Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022 estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SEIWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MENCHEN  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRSC 25.039/Q-2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS MILITARES  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
 Poder: E - Executivo  
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
 Exercício: 2022  
 Periodicidade: BIMESTRAL  
 Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) <sup>1</sup>			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.606.532.273,00		3.296.519.980,15
Receita de Contribuições dos Segurados	1.214.535.531,00		1.561.078.140,47
Ativo	665.351.826,00		802.289.058,17
Inativo	433.822.625,00		640.565.995,63
Pensionista	115.361.080,00		118.223.086,67
Receita de Contribuições Patronais	1.328.720.897,00		1.601.045.173,11
Ativo	1.328.720.897,00		1.601.045.173,11
Inativo	-		-
Pensionista	-		-
Receita Patrimonial	17.927.390,00		60.615.196,66
Receitas Imobiliárias	1.405.968,00		1.258.368,48
Receitas de Valores Mobiliários	15.999.705,00		59.356.828,18
Outras Receitas Patrimoniais	521.717,00		-
Receita de Serviços	10.543.662,00		13.079.059,55
Outras Receitas Correntes	34.804.793,00		60.702.410,36
Compensação Financeira entre os regimes	28.674.787,00		58.827.859,40
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>2</sup>	-		-
Demais Receitas Correntes	6.130.006,00		1.874.550,96
RECEITAS DE CAPITAL (III)	325.223,00		84.500,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	325.223,00		84.500,00
Amortização de Empréstimos	-		-
Outras Receitas de Capital	-		-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>2.606.857.496,00</b>		<b>3.296.604.480,15</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A
		Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	8.903.943.152,97	6.877.956.018,72	6.877.956.018,72	6.877.761.398,46	-
Aposentadorias	7.527.215.608,96	5.804.829.444,13	5.804.829.444,13	5.804.634.823,87	-
Pensões por Morte	1.376.727.544,01	1.073.126.574,59	1.073.126.574,59	1.073.126.574,59	-
Outras Despesas Previdenciárias	1.974.847,28	6.807.257,68	6.605.065,15	6.605.065,15	202.192,53
Compensação Financeira entre os regimes	363.653,57	363.648,08	161.455,55	161.455,55	202.192,53
Demais Despesas Previdenciárias	1.611.193,71	6.443.609,60	6.443.609,60	6.443.609,60	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>8.905.918.000,25</b>	<b>6.884.763.276,40</b>	<b>6.884.561.083,87</b>	<b>6.884.366.463,61</b>	<b>202.192,53</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)<sup>3</sup></b>	<b>- 6.299.060.504,25</b>	<b>- 3.588.158.796,25</b>	<b>- 3.587.956.603,72</b>	<b>- 3.587.761.983,46</b>	

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
VALOR	-
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
VALOR	-

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>	<b>APORTES REALIZADOS</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro <sup>4</sup>	3.771.001.671,87

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos	336.853,29 764.495.013,77 87.156.561,67

<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)</b>		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)</b>
RECEITAS CORRENTES (VII) Receita de Contribuições dos Segurados Ativo Inativo Pensionista Receita de Contribuições Patronais Ativo Inativo Pensionista Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Previdenciária entre os regimes Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (VIII) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital		
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>		

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)</b>
Benefícios Aposentadorias Pensões por Morte Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária entre os regimes Demais Despesas Previdenciárias					
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>					

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)</b>					
-----------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS</b>	<b>APORTES REALIZADOS</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

<b>ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS<sup>5</sup></b>		
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>
	<b>(a)</b>	<b>Até o Bimestre</b>
		<b>(b)</b>
Receitas Correntes	2.279.735,00	5.472.350,41
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)</b>	<b>2.279.735,00</b>	<b>5.472.350,41</b>

<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
	<b>(c)</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>
		<b>(d)</b>	<b>(e)</b>	<b>(f)</b>	<b>(g)</b>
Despesas Correntes (XIII)	116.209.266,42	112.690.970,57	101.459.709,66	101.284.555,63	11.231.260,91
Pessoal e Encargos Sociais	26.354.790,97	26.351.238,07	26.351.238,07	26.304.508,84	-
Demais Despesas Correntes	89.854.475,45	86.339.732,50	75.108.471,59	74.980.046,79	11.231.260,91
Despesas de Capital (XIV)	8.425.789,92	4.498.566,97	764.736,97	764.736,97	3.733.830,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>124.635.056,34</b>	<b>117.189.537,54</b>	<b>102.224.446,63</b>	<b>102.049.292,60</b>	<b>14.965.090,91</b>

<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)<sup>6</sup></b>	-	<b>122.355.321,34</b>	-	<b>111.717.187,13</b>	-	<b>96.752.096,22</b>	-	<b>96.576.942,19</b>
-----------------------------------------------------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------	---	----------------------	---	----------------------

<b>BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	250.014,20
Investimentos e Aplicações	31.266.417,43
Outros Bens e Direitos	89.882,13

<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO</b>		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>
	<b>(a)</b>	<b>Até o Bimestre</b>
		<b>(b)</b>
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)</b>	-	-

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)<sup>7</sup></b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO</b>
	<b>(c)</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>PAGAR NÃO</b>
		<b>(d)</b>	<b>(e)</b>	<b>(f)</b>	<b>No Exercício</b>
					<b>(g)</b>
Aposentadorias	4.309,84	163.565.109,12	163.565.109,12	163.565.109,12	-
Pensões	9.075.459,95	9.129.757,91	9.129.757,91	9.129.757,91	-
Outras Despesas Previdenciárias					-
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)</b>	<b>9.079.769,79</b>	<b>172.694.867,03</b>	<b>172.694.867,03</b>	<b>172.694.867,03</b>	-

<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)</b>	-	<b>9.079.769,79</b>	-	<b>172.694.867,03</b>	-	<b>172.694.867,03</b>
------------------------------------------------------------------------------	---	---------------------	---	-----------------------	---	-----------------------

RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES) <sup>1</sup>		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos	129.108.501,00	150.636.849,37
Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos	208.473.975,00	183.183.141,55
Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas	67.319.877,00	33.237.764,74
Outras contribuições	-	-
<b>TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (XX)</b>	<b>404.902.353,00</b>	<b>367.057.755,66</b>

DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Inatividade	-	1.622.882.649,29	1.622.882.649,29	1.622.882.649,29	-
Pensões	-	313.667.280,46	313.667.280,46	313.667.280,46	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI)</b>	<b>-</b>	<b>1.936.549.929,75</b>	<b>1.936.549.929,75</b>	<b>1.936.549.929,75</b>	<b>-</b>

<b>RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E OS INATIVOS MILITARES (XXII) = (XX-XXI)<sup>8</sup></b>	<b>404.902.353,00</b>	<b>- 1.569.492.174,09</b>	<b>- 1.569.492.174,09</b>	<b>- 1.569.492.174,09</b>	
---------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	--

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

#### Notas Explicativas

- No Estado de Santa Catarina as fontes previdenciárias não estão detalhadas entre civil e militar, assim o demonstrativo gerado automaticamente pelo Siconfi, que tem como premissa este detalhamento, apresenta diversas inconsistências. Desta forma, o Quadro Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) foi elaborado com base nas receitas da unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro e as despesas previdenciárias executadas pela unidade orçamentária 47076 - Fundo Financeiro, exceto às relativas aos militares. As receitas e despesas relativas aos militares são evidenciadas no Quadro Receitas e Despesas Associadas às Pensões e aos Inativos Militares (Sistema de Proteção Social dos Militares).
- Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
- O resultado previdenciário será apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).
- Corresponde ao valor contabilizado na conta 4.5.1.3.2.02.01 - Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro da unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro.
- O quadro Administração do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS foi elaborado com base nas informações da unidade gestora 470022 - IPREV.
- O resultado da administração do RPPS será apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre). O valor negativo, no entanto, não representa a real situação, visto que os valores correspondentes à taxa de administração são transferidos da unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro a unidade gestora 470022 - IPREV por meio de transferência financeira, o que não resulta em receita orçamentária. O IPREV recebeu até o bimestre R\$100.808.411,36 contabilizados na conta contábil 4.5.1.1.2.07 - Repasse da Taxa de Administração Fundo Financeiro.
- As despesas previdenciárias (benefícios mantidos pelo Tesouro) correspondem às despesas executadas fora da unidade orçamentária 47076 - Fundo Financeiro em elementos e subelementos característicos de despesas previdenciárias (01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares, 03 - Pensões do RPPS e do Militar, 91.xx - Sentenças Judiciais, 92.xx - Despesas de Exercícios Anteriores e 94.xx - Indenizações e Restituições Trabalhistas).
- O Quadro Receitas e Despesas Associadas às Pensões e aos Inativos Militares (Sistema de Proteção Social dos Militares) foi elaborado com base nas receitas de contribuições dos militares registradas na unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro e despesas previdenciárias executadas no elemento e subelemento de despesa correspondente.
- O resultado associado às pensões e os inativos militares será apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre). Até o bimestre o Tesouro do Estado repassou ao RPPS/SC a título de cobertura da insuficiência financeira - pessoal militar o valor de R\$1.591.670.902,32, contabilizados na conta contábil 4.5.1.1.5 - Transferência Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) da unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

ACIMA DA LINHA								
RECEITAS PRIMÁRIAS <sup>1</sup>	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022						
		RECEITAS REALIZADAS (a)						
RECEITAS CORRENTES (I)	34.447.019.904,00	40.255.695.362,52						
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.929.196.738,00	26.772.906.798,77						
ICMS	19.944.867.143,00	20.698.558.295,64						
IPVA	951.888.177,00	1.235.766.677,44						
ITCMD	441.286.735,00	617.187.276,92						
IRRF	1.915.406.844,00	2.472.077.079,30						
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.675.747.842,00	1.749.317.469,47						
Contribuições	1.628.710.764,00	1.930.078.882,15						
Receita Patrimonial	354.828.825,00	1.700.576.370,33						
Aplicações Financeiras (II)	264.892.777,00	1.463.750.646,87						
Outras Receitas Patrimoniais	89.936.048,00	236.825.723,46						
Transferências Correntes	6.555.627.256,00	8.485.802.650,53						
Cota-Parte do FPE	1.117.312.639,00	1.695.722.419,63						
Transferências da LC 87/1996	-	-						
Transferências da LC 61/1989	234.345.263,00	204.796.194,90						
Transferências do FUNDEB	3.275.753.637,00	3.843.755.264,32						
Outras Transferências Correntes	1.928.215.717,00	2.741.528.771,68						
Demais Receitas Correntes	978.656.321,00	1.366.330.660,74						
Outras Receitas Financeiras (III)	19.239.373,00	26.268.434,02						
Receitas Correntes Restantes	959.416.948,00	1.340.062.226,72						
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	34.162.887.754,00	38.765.676.281,63						
RECEITAS DE CAPITAL (V)	971.531.975,00	170.724.599,77						
Operações de Crédito (VI)	839.200.000,00	38.890.047,34						
Amortização de Empréstimos (VII)	29.998.094,00	34.732.174,39						
Alienação de Bens	25.180.699,00	23.737.532,41						
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	325.223,00	-						
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-						
Outras Alienações de Bens	24.855.476,00	23.737.532,41						
Transferências de Capital	77.153.182,00	73.364.845,63						
Convênios	73.880.699,00	61.044.664,27						
Outras Transferências de Capital	3.272.483,00	12.320.181,36						
Outras Receitas de Capital	-	-						
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-						
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-						
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	102.008.658,00	97.102.378,04						
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	34.264.896.412,00	38.862.778.659,67						
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022						
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	35.710.578.319,10	34.191.380.605,75	33.073.092.295,84	32.808.849.902,37	175.960.066,86	579.372.567,75	579.372.567,75	
Pessoal e Encargos Sociais	22.360.495.408,24	22.090.924.858,48	22.023.866.676,81	21.962.856.116,46	61.360.789,42	4.397.908,40	4.397.908,40	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.031.758.528,22	1.018.816.220,13	1.018.760.486,97	1.018.760.486,97	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	12.318.324.382,64	11.081.639.527,14	10.030.465.132,06	9.827.233.298,94	114.599.277,44	574.974.659,35	574.974.659,35	
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Despesas Correntes	12.318.324.382,64	11.081.639.527,14	10.030.465.132,06	9.827.233.298,94	114.599.277,44	574.974.659,35	574.974.659,35	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.678.819.790,88	33.172.564.385,62	32.054.331.808,87	31.790.089.415,40	175.960.066,86	579.372.567,75	579.372.567,75	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	9.270.851.429,49	7.390.967.656,05	6.827.924.192,30	6.804.130.493,88	82.931.077,46	247.675.286,11	247.670.606,38	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

								Em reais
Investimentos	7.294.633.901,44	5.441.301.767,15	4.878.405.038,80	4.854.611.340,38	82.931.077,46	247.515.286,11	247.510.606,38	
Inversões Financeiras	407.728.542,01	395.229.880,46	395.149.880,46	395.149.880,46	-	160.000,00	160.000,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	128.889.749,08	126.952.082,98	126.872.082,98	126.872.082,98	-	160.000,00	160.000,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Inversões Financeiras	278.838.792,93	268.277.797,48	268.277.797,48	268.277.797,48	-	-	-	
Amortização da Dívida (XX)	1.568.488.986,04	1.554.436.008,44	1.554.369.273,04	1.554.369.273,04	-	-	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	7.573.472.694,37	5.709.579.564,63	5.146.682.836,28	5.122.889.137,86	82.931.077,46	247.515.286,11	247.510.606,38	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	42.252.292.485,25	38.882.143.950,25	37.201.014.645,15	36.912.978.553,26	258.891.144,32	826.887.853,86	826.883.174,13	
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]</b>								<b>864.025.787,96</b>
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO</b>				<b>VALOR CORRENTE</b>				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				1.472.684.000,00				
				Até o Bimestre/2022				
<b>JUROS NOMINAIS</b>				<b>VALOR INCORRIDO</b>				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)				1.436.777.940,72				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)				3.249.964.056,26				
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>				<b>(949.160.327,58)</b>				
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL</b>				<b>VALOR CORRENTE</b>				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				521.810.000,00				
<b>ABAIXO DA LINHA</b>								
<b>CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL</b>		Em 31/Dez/2021		Até o Bimestre/2022				
		(a)		(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		22.973.722.924,79		22.326.592.495,72				
DEDUÇÕES (XXIX)		6.492.802.220,00		6.089.818.545,58				
Disponibilidade de Caixa		6.241.461.432,67		5.692.888.331,19				
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.628.676.418,59		13.397.415.307,69				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		387.214.985,92		290.954.491,67				
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-		7.413.572.484,83				
Demais Haveres Financeiros		251.340.787,33		396.930.214,39				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		16.480.920.704,79		16.236.773.950,14				
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>				<b>244.146.754,65</b>				
<b>AJUSTE METODOLÓGICO</b>				Até o Bimestre/2022				
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)				96.260.494,25				
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)				-				
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)				(12.637.649,64)				
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)				322.721.857,87				
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTE DA DC (XXXVI)				628.668.151,76				
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)				255.403.150,15				
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)				-				
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) *</b>				<b>84.705.467,02</b>				

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO**

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) <sup>3</sup></b>	<b>1.897.891.582,56</b>
--------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.760.370.757,33
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superavit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos	4.760.370.757,33
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

- A linha Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas foi editada para a inclusão do valor registrado na conta 3.4.3.9.1.01.03 Variações Monetárias de Sentenças Judiciais contabilizado na unidade gestora 470076 - Fundo Financeiro, pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, a dívida de precatórios do RPPS/SC deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual.
  - O quadro Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal foi editado conforme os valores apurados no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 3º quadrimestre de 2021 para a coluna "em 31/Dez/2021".
  - A linha Dívida Consolidada (XXVIII) para coluna "até o bimestre/2022" foi calculada conforme metodologia descrita no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais com inclusão das dívidas registradas nas conta contábeis 2.1.5.2.5 e 2.2.5.2.5 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município, ainda não incluídas pela STN no mapeamento e dos precatórios previdenciários, pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram excluídas as dívidas da Unidade Gestora Epagri da conta 2.1.8.1.1.01 - Adiantamentos de Clientes, pois a mesma não é abrangida pelo conceito de Dívida Consolidada.
  - Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R\$ 256.872,19, relativo aos valores contabilizados nas contas contábeis 1.1.1.1.1.03.00.00 Bancos Conta Movimento - Demais Contas e 1.1.1.1.1.04.00.00 Rede Bancária - Arrecadação nas unidades gestoras do RPPS/SC.
  - Na linha Passivos Reconhecidos na DC (XXXIV) foi inserido o valor calculado pela diferença entre os valores dos passivos reconhecidos em 31/12/2021 e 31/12/2022. O mapeamento do Siconfi prevê contas contábeis do PCASP estendido o qual não é de adoção obrigatória para Estados e Municípios.
  - Para as linhas Pagamento de Precatórios Integrantes da DC (XXXVI), Ajustes relativos ao RPPS (XXXVII) e Outros Ajustes (XXXVIII) não há mapeamento da STN. Desta forma, inseriu-se os valores calculados gerencialmente.
  - Com base nos valores editados foram recalculadas todas as linhas de resultados.
2. A partir de 2018, conforme MDF 8ª edição, o demonstrativo deverá conter a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal por meio das metodologias "acima da linha" e "abaixo da linha". Diante dessa mudança de metodologia, alerta-se que o Resultado Primário e o Resultado Nominal, apurados pela metodologia "abaixo da linha", ainda carece de um estudo e uma análise mais aprofundada, o que poderá ensejar na retificação dos valores ora publicados.
3. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022 estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2022/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	Poder/Órgão												
	Poder/Órgão												
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e + k)		
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f + g) - (i + j)	
Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de dezembro de 2021 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.798.627,84	430.657.954,64	258.891.144,32	171.603.988,88	2.961.449,28	1.383.459.776,32	827.047.853,86	827.043.174,13	556.411.922,46	4.679,73	2.966.129,01		
PODER EXECUTIVO	2.762.824,15	429.508.605,84	258.349.251,51	171.594.149,92	2.328.028,56	1.222.816.121,74	736.517.436,35	736.512.756,62	486.298.685,39	4.679,73	2.332.708,29		
PODER LEGISLATIVO	35.803,69	511.245,97	535.612,00	9.838,96	1.598,70	35.655.353,75	17.945.817,91	17.945.817,91	17.709.535,84	0,00	1.598,70		
Assembleia Legislativa	35.803,69	235.157,27	259.523,30	9.838,96	1.598,70	22.331.889,60	13.728.201,32	13.728.201,32	8.603.688,28	0,00	1.598,70		
Tribunal de Contas do Estado		276.088,70	276.088,70		0,00	13.323.464,15	4.217.616,59	4.217.616,59	9.105.847,56	0,00	0,00		
Tribunal de Contas dos Municípios													
PODER JUDICIÁRIO		631.822,02			631.822,02	60.087.290,27	26.002.324,62	26.002.324,62	34.084.965,65	0,00	631.822,02		
Tribunal de Justiça		631.822,02			631.822,02	60.087.290,27	26.002.324,62	26.002.324,62	34.084.965,65	0,00	631.822,02		
Tribunal de Justiça Militar													
MINISTÉRIO PÚBLICO		6.280,81	6.280,81		0,00	63.246.651,88	44.967.046,49	44.967.046,49	18.279.605,39	0,00	0,00		
DEFENSORIA PÚBLICA					0,00	1.654.358,68	1.615.228,49	1.615.228,49	39.130,19	0,00	0,00		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	255.923,38	23.486.499,72	23.505.015,11	237.407,99	0,00	3.307.453,54	1.618.375,20	1.618.375,20	1.689.078,34	0,00	0,00		
TOTAL (III = I + II)	3.054.551,22	454.144.454,36	282.396.159,43	171.841.396,87	2.961.449,28	1.386.767.229,86	828.666.229,06	828.661.549,33	558.101.000,80	4.679,73	2.966.129,01		

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra												
	Poder/Órgão Intra												
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e + k)		
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f + g) - (i + j)	
Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de dezembro de 2021 (g)							
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	255.923,38	23.486.499,72	23.505.015,11	237.407,99	0,00	3.307.453,54	1.618.375,20	1.618.375,20	1.689.078,34	0,00	0,00		
PODER EXECUTIVO		23.436.976,37	23.436.976,37		0,00	2.434.559,01	1.208.467,51	1.208.467,51	1.226.091,50	0,00	0,00		
PODER LEGISLATIVO	255.923,38	11.242,67	29.758,06	237.407,99	0,00	527.781,76	302.428,51	302.428,51	225.353,25	0,00	0,00		
Assembleia Legislativa	255.923,38		18.515,39	237.407,99	0,00								
Tribunal de Contas do Estado		11.242,67	11.242,67		0,00	527.781,76	302.428,51	302.428,51	225.353,25	0,00	0,00		
Tribunal de Contas dos Municípios													
PODER JUDICIÁRIO						5.000,00	3.413,88	3.413,88	1.586,12	0,00	0,00		
Tribunal de Justiça						5.000,00	3.413,88	3.413,88	1.586,12	0,00	0,00		
Tribunal de Justiça Militar													
MINISTÉRIO PÚBLICO						306.400,18	76.289,12	76.289,12	230.111,06	0,00	0,00		
DEFENSORIA PÚBLICA		38.280,68	38.280,68		0,00	33.712,59	27.776,18	27.776,18	5.936,41	0,00	0,00		

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas  
1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre.

CLEVERSON SEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHIEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	
1- RECEITA DE IMPOSTOS	38.088.180.940,00		40.925.321.042,54
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS <sup>11</sup>	33.241.445.237,00		34.592.343.274,24
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	33.241.445.237,00		34.592.343.274,24
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	-		-
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCMD	551.608.420,00		771.484.076,62
1.3- Receita Resultante do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	2.379.720.442,00		3.089.416.612,38
1.4 - Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.915.406.841,00		2.472.077.079,30
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.787.216.238,00		2.475.566.866,21
2.1 - Cota-Parte FPE	1.396.640.799,00		2.119.653.024,14
2.2 - Cota-Parte IPI-Exportação	390.575.439,00		341.326.990,42
2.3 - Cota-Parte IOF-Ouro	-		-
2.4- Comensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais <sup>10</sup>	-		14.586.851,65
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	9.597.865.391,00		10.281.772.465,06
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1.1))	8.310.361.310,00		8.651.732.433,04
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	1.189.860.221,00		1.544.708.284,91
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.2)	97.643.860,00		85.331.747,11
<b>4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)</b>	<b>30.277.531.787,00</b>		<b>33.119.115.443,69</b>

<b>5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3))</b>	<b>5.672.424.989,00</b>		<b>6.129.406.935,36</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------	--	-------------------------

<b>6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3)) + 25% DE (1.4 + 2.3 + 2.4)</b>	<b>1.896.957.957,55</b>		<b>2.153.288.558,37</b>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------	--	-------------------------

FUNDEB			
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
7 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.283.203.815,00		3.896.133.908,55
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.283.203.815,00		3.896.133.908,55
7.1.1- Principal	3.275.753.637,00		3.843.755.264,32
7.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	7.450.178,00		52.378.644,23
7.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-		-
7.2.1- Principal	-		-
7.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-		-
7.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-		-
7.3.1- Principal	-		-
7.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-		-
8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 - 5) <sup>1</sup>	(2.396.671.352,00)		(2.285.651.671,04)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)			
VALOR			
9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT			10.308.009,19
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR			8.208.131,39
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS			2.099.877,80
<b>10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)</b>			<b>3.906.441.917,74</b>

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
11 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.313.969.398,64	3.305.139.569,40	3.305.139.569,40	3.286.882.844,82	0,00
11.1 - Ensino Fundamental	1.954.053.586,10	1.947.702.795,20	1.947.702.795,20	1.936.939.159,21	0,00
11.2 - Ensino Médio	1.359.915.812,55	1.357.436.774,21	1.357.436.774,21	1.349.943.685,62	0,00
12- OUTRAS DESPESAS	592.663.780,18	582.546.150,79	524.371.381,78	518.188.461,83	58.174.769,01
12.1 - Ensino Fundamental	376.208.679,40	371.149.864,71	340.641.934,60	337.221.419,86	30.507.930,11
12.2 - Ensino Médio	216.455.100,78	211.396.286,09	183.729.447,18	180.967.041,98	27.666.838,91
<b>13- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (11 + 12)</b>	<b>3.906.633.178,82</b>	<b>3.887.685.720,19</b>	<b>3.829.510.951,18</b>	<b>3.805.071.306,65</b>	<b>58.174.769,01</b>

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) <sup>7</sup>
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
14- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	3.303.299.563,30	3.303.299.563,30	3.285.042.838,72	-	-
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.875.540.485,09	3.817.365.716,08	3.792.926.071,55	58.174.769,01	-
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (i)		VALOR APLICADO (j)		VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.727.293.735,99		3.303.299.563,30		3.303.299.563,30	84,78
20- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-		-		-	-
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)		VALOR NÃO APLICADO (n)		VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
21- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	389.613.390,86		20.593.423,46		20.593.423,46	0,53
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
22- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	158.173.929,21	-	8.208.131,39	12.145.235,10	8.208.131,39	-
22.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 10	158.173.929,21	-	8.208.131,39	12.145.235,10	8.208.131,39	-
22.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAT)	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	393.361,00	393.361,00	393.361,00	392.754,17	-
23.1- Creche	-	-	-	-	-
23.2- Pré-Escola	393.361,00	393.361,00	393.361,00	392.754,17	-
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.238.556.690,54	1.233.893.481,37	1.201.425.904,46	1.196.067.343,56	32.467.576,91
25- ENSINO MÉDIO	887.057.608,32	884.456.387,53	848.447.527,22	843.340.019,25	36.008.860,31
26- ENSINO SUPERIOR 3	809.853.888,16	809.844.425,42	766.052.750,41	765.127.998,22	43.791.675,01
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	12.661.565,04	12.611.541,79	11.688.560,14	11.653.547,89	922.981,65
<b>28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27)</b>	<b>2.948.523.113,06</b>	<b>2.941.199.197,10</b>	<b>2.828.008.103,23</b>	<b>2.816.581.663,09</b>	<b>113.191.093,87</b>

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
29- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L15(d ou e) + L28(d ou e) + L22.1(t))		6.824.947.813,58
30 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L8)		(2.285.651.671,04)
31 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS4 = (L15h)		-
32 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS5*7		-
33 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L37.1(ac) + L37.2(ac))		-
<b>35- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (29 - (30 + 31 + 32 + 33))</b>		<b>9.110.599.484,62</b>

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2*5		VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
36- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS		8.279.778.860,92	9.110.599.484,62	27,51

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB8	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS8.1	SALDO FINAL8.2 (ad) = (z) - (ab) - (ac)
37- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					
37.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	403.479.271,01	384.305.213,41	214.377.586,01	-	-
37.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	14.108.903,31	12.271.677,40	12.271.677,40	-	-
37.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAT)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
38- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	361.320.720,00	499.593.533,85
38.1- Salário-Educação	288.770.562,00	369.775.048,70
38.2- PDDE	250.000,00	90.450,00
38.3- PNAE	45.000.000,00	44.490.605,98
38.4 - PNATE	-	-
38.5- Outras Transferências do FNDE	27.300.158,00	85.237.429,17
39- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	16.020.627,00	1.392.911,22
40- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-
41- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
42- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	218.097.001,00	302.750.203,54
<b>43- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (38 + 39 + 40 + 41 + 42)</b>	<b>595.438.348,00</b>	<b>803.736.648,61</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	Em Reais
					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
44- EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-
44.1- Creche	-	-	-	-	-
44.2- Pré-escola	-	-	-	-	-
45- ENSINO FUNDAMENTAL	1.694.109.326,60	1.629.387.895,55	1.570.158.354,22	1.567.107.029,31	59.229.541,33
46- ENSINO MÉDIO	1.912.078.903,64	1.847.567.693,24	1.778.598.999,40	1.775.547.674,49	68.968.693,84
47- ENSINO SUPERIOR	431.421.204,54	287.771.046,49	271.238.164,54	271.238.164,54	16.532.881,95
48- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	33.564.085,15	2.508.157,31	2.508.157,31	2.475.884,45	-
<b>49- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (44 + 45 + 46 + 47 + 48)</b>	<b>4.071.173.519,93</b>	<b>3.767.234.792,59</b>	<b>3.622.503.675,47</b>	<b>3.616.368.752,79</b>	<b>144.731.117,12</b>

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)
50- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (13 + 28 + 49)	10.926.329.811,81	10.596.119.709,88	10.280.022.729,88	10.238.021.722,53	316.096.980,00
50.1- Despesas Correntes	9.617.933.842,01	9.385.714.375,51	9.181.993.568,76	9.142.874.329,39	203.720.806,75
50.1.1 - Pessoal Ativo	3.846.402.257,83	3.837.203.880,50	3.836.559.892,89	3.817.269.849,59	643.987,61
50.1.2 - Pessoal Inativo9	2.809.462.106,36	2.809.458.213,30	2.809.458.213,30	2.809.458.213,30	-
50.1.3 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
50.1.4 -Outras Despesas Correntes	2.962.069.477,82	2.739.052.281,71	2.535.975.462,57	2.516.146.266,50	203.076.819,14
50.2- Despesas de Capital	1.308.395.969,80	1.210.405.334,37	1.098.029.161,12	1.095.147.393,14	112.376.173,25
50.2.1 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
50.2.2 -Outras Despesas de Capital	1.308.395.969,80	1.210.405.334,37	1.098.029.161,12	1.095.147.393,14	112.376.173,25

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
51- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		48.263.327,70
52 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)		3.898.317.664,26
53 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		3.817.342.984,05
53.1 (-) Orçamento do Exercício		3.805.071.306,65
53.2 (-) Restos a Pagar		12.271.677,40
54 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		129.238.007,91
55- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		32.050.498,99
56- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		26.151.687,70
57 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		135.136.819,20

FUNTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

- Se resultado líquido da transferência (8) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB, se resultado líquido da transferência (8) < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB
- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
- Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
- 1 Conforme orientado no Manual dos Demonstrativos Fiscais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, só devem ser informados nesta coluna os restos a pagar cancelados que afetaram o cumprimento do mínimo constitucional de exercícios anteriores. Em 2022 foram cancelados restos processados e não processados relativos ao exercício financeiro de 2021 no valor total de R\$ 190938910,91, sendo R\$ 189101685 de Recursos de Impostos e Transferências de Impostos e R\$ 1837225,91 de Recursos do Fundeb. Como em 2021 o Estado aplicou R\$ 657.197.226,60 a mais que o mínimo exigido, o cancelamento destes restos não afeta, portanto, o cumprimento do mínimo constitucional de 2021, por isso a coluna é apresentada em branco.
- 2 O Saldo Final dos restos a pagar apresentado nesta coluna corresponde ao valor efetivamente a pagar, considerando os restos cancelados.
- 3 As despesas com pessoal inativo da educação são classificadas na Função de Governo 09 - Previdenciária Social e não na Função de Governo 12 - Educação, como as demais despesas relacionadas a Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (MDE).
- 4 Refere-se aos recursos recebidos da União em decorrência da Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, identificados pela fonte de recurso 0.129.000350 (SIGEF).
- 5 Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022 estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINICHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
 Poder: E - Executivo  
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
 Exercício: 2022  
 Periodicidade: BIMESTRAL  
 Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

Em Reais

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	839.200.000,00	38.890.047,34	800.309.952,66

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas DESPESAS DE CAPITAL	9.312.260.473,28	7.431.182.648,86	1.881.077.824,42
Investimentos	7.329.242.945,23	5.474.716.759,96	1.854.526.185,27
Inversões Financeiras	414.528.542,01	402.029.880,46	12.498.661,55
Amortização da Dívida	1.568.488.986,04	1.554.436.008,44	14.052.977,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	9.312.260.473,28	7.431.182.648,86	1.881.077.824,42

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	8.473.060.473,28	7.392.292.601,52	1.080.767.871,76

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 6º bimestre.

CLEVERSON SIEWERT  
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
 DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
 CRCSC 25.039/O-2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2023 A 2098**

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(c) = (a - b)</b>	<b>(d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)</b>
2021	2.359.712.994,55	5.824.148.071,75	(3.464.435.077,20)	(3.464.435.077,20)
2022	3.296.604.480,15	7.057.458.143,43	(3.760.853.663,28)	(7.225.288.740,48)
2023	3.583.122.609,05	7.943.430.865,77	(4.360.308.256,72)	(11.585.596.997,20)
2024	3.559.585.734,66	7.844.983.269,74	(4.285.397.535,08)	(15.870.994.532,28)
2025	3.514.395.915,75	7.813.868.636,35	(4.299.472.720,60)	(20.170.467.252,88)
2026	3.460.908.409,92	7.792.455.710,92	(4.331.547.301,00)	(24.502.014.553,88)
2027	3.400.292.141,52	7.770.424.096,34	(4.370.131.954,82)	(28.872.146.508,70)
2028	3.343.473.263,12	7.704.590.827,40	(4.361.117.564,28)	(33.233.264.072,98)
2029	3.275.467.289,12	7.651.806.107,48	(4.376.338.818,36)	(37.609.602.891,34)
2030	3.208.807.987,58	7.568.554.712,57	(4.359.746.724,99)	(41.969.349.616,33)
2031	3.135.920.021,76	7.482.565.509,17	(4.346.645.487,41)	(46.315.995.103,74)
2032	3.053.334.875,79	7.407.764.396,38	(4.354.429.520,59)	(50.670.424.624,33)
2033	2.962.196.193,95	7.339.623.704,83	(4.377.427.510,88)	(55.047.852.135,21)
2034	2.878.994.800,87	7.222.905.829,63	(4.343.911.028,76)	(59.391.763.163,97)
2035	2.782.881.584,46	7.138.381.896,96	(4.355.500.312,50)	(63.747.263.476,47)
2036	2.687.146.094,29	7.032.454.252,49	(4.345.308.158,20)	(68.092.571.634,67)
2037	2.587.782.077,23	6.922.255.400,03	(4.334.473.322,80)	(72.427.044.957,47)
2038	2.465.893.013,30	6.871.956.522,65	(4.406.063.509,35)	(76.833.108.466,82)
2039	2.340.702.679,56	6.816.620.805,05	(4.475.918.125,49)	(81.309.026.592,31)
2040	2.214.370.477,59	6.748.941.437,28	(4.534.570.959,69)	(85.843.597.552,00)
2041	2.089.386.017,16	6.677.509.755,55	(4.588.123.738,39)	(90.431.721.290,39)
2042	1.966.820.249,54	6.576.023.668,15	(4.609.203.418,61)	(95.040.924.709,00)
2043	1.848.336.522,65	6.455.320.797,00	(4.606.984.274,35)	(99.647.908.983,35)
2044	1.730.713.689,65	6.329.723.369,62	(4.599.009.679,97)	(104.246.918.663,32)
2045	1.626.518.843,45	6.167.461.430,51	(4.540.942.587,06)	(108.787.861.250,38)
2046	1.518.819.555,52	6.022.585.108,96	(4.503.765.553,44)	(113.291.626.803,82)

2047	1.411.542.686,99	5.882.325.606,87	(4.470.782.919,88)	(117.762.409.723,70)
2048	1.318.044.738,62	5.696.623.113,14	(4.378.578.374,52)	(122.140.988.098,22)
2049	1.236.363.978,91	5.480.965.348,18	(4.244.601.369,27)	(126.385.589.467,49)
2050	1.158.230.254,91	5.261.962.309,25	(4.103.732.054,34)	(130.489.321.521,83)
2051	1.086.793.636,47	5.031.161.396,28	(3.944.367.759,81)	(134.433.689.281,64)
2052	1.016.920.388,46	4.807.612.098,73	(3.790.691.710,27)	(138.224.380.991,91)
2053	955.043.708,79	4.568.118.239,96	(3.613.074.531,17)	(141.837.455.523,08)
2054	895.591.810,86	4.330.685.437,42	(3.435.093.626,56)	(145.272.549.149,64)
2055	839.850.948,57	4.093.162.938,26	(3.253.311.989,69)	(148.525.861.139,33)
2056	785.956.010,07	3.861.082.559,47	(3.075.126.549,40)	(151.600.987.688,73)
2057	735.717.517,22	3.629.723.056,65	(2.894.005.539,43)	(154.494.993.228,16)
2058	687.171.634,75	3.404.837.276,48	(2.717.665.641,73)	(157.212.658.869,89)
2059	641.090.424,85	3.184.367.584,72	(2.543.277.159,87)	(159.755.936.029,76)
2060	596.716.299,39	2.970.817.944,48	(2.374.101.645,09)	(162.130.037.674,85)
2061	554.172.147,65	2.764.008.706,14	(2.209.836.558,49)	(164.339.874.233,34)
2062	513.477.126,56	2.564.035.057,27	(2.050.557.930,71)	(166.390.432.164,05)
2063	474.473.581,02	2.371.515.402,12	(1.897.041.821,10)	(168.287.473.985,15)
2064	437.058.725,42	2.186.886.530,15	(1.749.827.804,73)	(170.037.301.789,88)
2065	401.393.701,87	2.009.772.249,63	(1.608.378.547,76)	(171.645.680.337,64)
2066	367.364.528,85	1.840.575.374,49	(1.473.210.845,64)	(173.118.891.183,28)
2067	334.955.811,46	1.679.367.552,24	(1.344.411.740,78)	(174.463.302.924,06)
2068	304.200.438,10	1.526.056.415,95	(1.221.855.977,85)	(175.685.158.901,91)
2069	275.062.691,42	1.380.739.509,76	(1.105.676.818,34)	(176.790.835.720,25)
2070	247.539.238,26	1.243.404.911,88	(995.865.673,62)	(177.786.701.393,87)
2071	221.627.405,18	1.114.043.709,23	(892.416.304,05)	(178.679.117.697,92)
2072	197.326.003,07	992.654.151,91	(795.328.148,84)	(179.474.445.846,76)
2073	174.635.095,55	879.240.547,75	(704.605.452,20)	(180.179.051.298,96)
2074	153.555.006,56	773.808.394,46	(620.253.387,90)	(180.799.304.686,86)
2075	134.083.513,62	676.350.665,41	(542.267.151,79)	(181.341.571.838,65)
2076	116.212.817,47	586.833.174,98	(470.620.357,51)	(181.812.192.196,16)
2077	99.926.644,33	505.180.007,72	(405.253.363,39)	(182.217.445.559,55)
2078	85.198.151,11	431.263.281,23	(346.065.130,12)	(182.563.510.689,67)
2079	71.989.301,72	364.900.101,57	(292.910.799,85)	(182.856.421.489,52)
2080	60.249.983,95	305.847.992,50	(245.598.008,55)	(183.102.019.498,07)
2081	49.917.158,23	253.800.880,80	(203.883.722,57)	(183.305.903.220,64)
2082	40.915.911,75	208.393.835,45	(167.477.923,70)	(183.473.381.144,34)
2083	33.160.955,76	169.209.954,50	(136.048.998,74)	(183.609.430.143,08)
2084	26.557.513,52	135.784.562,33	(109.227.048,81)	(183.718.657.191,89)
2085	21.003.661,97	107.616.473,38	(86.612.811,41)	(183.805.270.003,30)
2086	16.392.944,24	84.180.770,40	(67.787.826,16)	(183.873.057.829,46)
2087	12.616.598,95	64.939.922,55	(52.323.323,60)	(183.925.381.153,06)
2088	9.565.804,15	49.355.203,49	(39.789.399,34)	(183.965.170.552,40)
2089	7.135.620,00	36.906.133,76	(29.770.513,76)	(183.994.941.066,16)
2090	5.228.185,06	27.106.445,56	(21.878.260,50)	(184.016.819.326,66)
2091	3.754.579,67	19.513.009,97	(15.758.430,30)	(184.032.577.756,96)

2092	2.636.399,15	13.733.788,85	(11.097.389,70)	(184.043.675.146,66)
2093	1.805.320,36	9.425.535,14	(7.620.214,78)	(184.051.295.361,44)
2094	1.202.046,83	6.289.048,32	(5.087.001,49)	(184.056.382.362,93)
2095	775.759,54	4.066.407,53	(3.290.647,99)	(184.059.673.010,92)
2096	483.275,61	2.537.423,70	(2.054.148,09)	(184.061.727.159,01)
2097	288.929,69	1.519.125,03	(1.230.195,34)	(184.062.957.354,35)
2098	164.571,33	866.292,32	(701.720,99)	(184.063.659.075,34)

<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)</b>				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)

<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas</b>				
EXERCÍCIO	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (a)	DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (b)	RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E AOS INIATIVOS MILITARES (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2021	241.322.609,13	1.623.062.874,13	(1.381.740.265,00)	(1.381.740.265,00)
2022	367.057.755,66	1.936.549.929,75	(1.569.492.174,09)	(2.951.232.439,09)
2023	366.208.094,02	2.057.761.717,44	(1.691.553.623,42)	(4.642.786.062,51)
2024	365.474.210,24	2.062.101.364,18	(1.696.627.153,94)	(6.339.413.216,45)
2025	364.489.116,43	2.089.090.728,00	(1.724.601.611,57)	(8.064.014.828,02)
2026	363.301.542,66	2.088.007.649,66	(1.724.706.107,00)	(9.788.720.935,02)
2027	361.899.721,25	2.096.698.920,65	(1.734.799.199,40)	(11.523.520.134,42)
2028	360.194.290,78	2.111.944.065,71	(1.751.749.774,93)	(13.275.269.909,35)
2029	358.156.987,53	2.143.184.367,32	(1.785.027.379,79)	(15.060.297.289,14)
2030	355.877.037,73	2.120.617.242,56	(1.764.740.204,83)	(16.825.037.493,97)
2031	353.355.182,00	2.083.405.035,98	(1.730.049.853,98)	(18.555.087.347,95)
2032	350.622.216,87	2.051.257.942,25	(1.700.635.725,38)	(20.255.723.073,33)
2033	347.552.320,63	2.054.077.697,00	(1.706.525.376,37)	(21.962.248.449,70)
2034	344.179.679,91	2.072.153.424,79	(1.727.973.744,88)	(23.690.222.194,58)
2035	340.397.924,06	2.097.424.925,73	(1.757.027.001,67)	(25.447.249.196,25)
2036	336.349.248,73	2.062.676.554,08	(1.726.327.305,35)	(27.173.576.501,60)
2037	331.803.555,41	2.138.845.126,84	(1.807.041.571,43)	(28.980.618.073,03)
2038	327.031.933,28	2.088.006.852,21	(1.760.974.918,93)	(30.741.592.991,96)
2039	321.801.806,11	2.159.073.013,83	(1.837.271.207,72)	(32.578.864.199,68)
2040	316.225.513,20	2.153.942.395,14	(1.837.716.881,94)	(34.416.581.081,62)
2041	310.388.986,09	2.112.717.527,00	(1.802.328.540,91)	(36.218.909.622,53)

2042	304.046.660,39	2.198.445.604,69	(1.894.398.944,30)	(38.113.308.566,83)
2043	297.381.652,73	2.201.129.685,00	(1.903.748.032,27)	(40.017.056.599,10)
2044	290.214.489,01	2.289.254.378,94	(1.999.039.889,93)	(42.016.096.489,03)
2045	282.734.213,36	2.293.350.279,97	(2.010.616.066,61)	(44.026.712.555,64)
2046	275.029.481,71	2.253.744.451,14	(1.978.714.969,43)	(46.005.427.525,07)
2047	267.018.862,53	2.266.116.995,00	(1.999.098.132,47)	(48.004.525.657,54)
2048	258.707.447,31	2.285.245.144,01	(2.026.537.696,70)	(50.031.063.354,24)
2049	250.232.132,42	2.241.683.901,41	(1.991.451.768,99)	(52.022.515.123,23)
2050	241.652.687,20	2.176.910.384,10	(1.935.257.696,90)	(53.957.772.820,13)
2051	232.887.487,43	2.165.647.061,94	(1.932.759.574,51)	(55.890.532.394,64)
2052	223.994.544,57	2.133.182.506,55	(1.909.187.961,98)	(57.799.720.356,62)
2053	215.090.226,74	2.048.478.415,94	(1.833.388.189,20)	(59.633.108.545,82)
2054	206.191.783,34	1.963.731.307,02	(1.757.539.523,68)	(61.390.648.069,50)
2055	197.315.068,86	1.879.191.108,20	(1.681.876.039,34)	(63.072.524.108,84)
2056	188.475.220,97	1.795.002.078,94	(1.606.526.857,97)	(64.679.050.966,81)
2057	179.687.138,33	1.711.306.107,87	(1.531.618.969,54)	(66.210.669.936,35)
2058	170.965.333,82	1.628.241.380,55	(1.457.276.046,73)	(67.667.945.983,08)
2059	162.324.150,68	1.545.944.220,44	(1.383.620.069,76)	(69.051.566.052,84)
2060	153.777.681,81	1.464.549.388,92	(1.310.771.707,11)	(70.362.337.759,95)
2061	145.340.556,04	1.384.195.828,28	(1.238.855.272,24)	(71.601.193.032,19)
2062	137.027.752,42	1.305.026.247,69	(1.167.998.495,27)	(72.769.191.527,46)
2063	128.853.381,29	1.227.175.084,37	(1.098.321.703,08)	(73.867.513.230,54)
2064	120.831.347,19	1.150.774.688,51	(1.029.943.341,32)	(74.897.456.571,86)
2065	112.975.387,48	1.075.956.021,54	(962.980.634,06)	(75.860.437.205,92)
2066	105.299.040,85	1.002.847.964,11	(897.548.923,26)	(76.757.986.129,18)
2067	97.814.636,53	931.567.945,80	(833.753.309,27)	(77.591.739.438,45)
2068	90.534.090,62	862.229.492,04	(771.695.401,42)	(78.363.434.839,87)
2069	83.469.159,28	794.944.450,05	(711.475.290,77)	(79.074.910.130,64)
2070	76.631.789,04	729.826.614,76	(653.194.825,72)	(79.728.104.956,36)
2071	70.034.510,55	666.995.365,43	(596.960.854,88)	(80.325.065.811,24)
2072	63.690.715,72	606.578.215,90	(542.887.500,18)	(80.867.953.311,42)
2073	57.613.823,71	548.703.061,42	(491.089.237,71)	(81.359.042.549,13)
2074	51.817.214,59	493.497.299,36	(441.680.084,77)	(81.800.722.633,90)
2075	46.313.892,26	441.084.695,17	(394.770.802,91)	(82.195.493.436,81)
2076	41.115.635,11	391.577.506,37	(350.461.871,26)	(82.545.955.308,07)
2077	36.232.493,25	345.071.418,80	(308.838.925,55)	(82.854.794.233,62)
2078	31.672.812,39	301.645.824,74	(269.973.012,35)	(83.124.767.245,97)
2079	27.443.274,72	261.364.541,32	(233.921.266,60)	(83.358.688.512,57)
2080	23.548.948,69	224.275.768,12	(200.726.819,43)	(83.559.415.332,00)
2081	19.993.172,50	190.411.165,26	(170.417.992,76)	(83.729.833.324,76)
2082	16.777.046,43	159.781.381,59	(143.004.335,16)	(83.872.837.659,92)
2083	13.899.187,28	132.373.192,84	(118.474.005,56)	(83.991.311.665,48)
2084	11.355.364,95	108.146.315,59	(96.790.950,64)	(84.088.102.616,12)
2085	9.137.861,07	87.027.251,77	(77.889.390,70)	(84.165.992.006,82)
2086	7.234.571,79	68.900.753,59	(61.666.181,80)	(84.227.658.188,62)



2087	5.628.254,32	53.602.424,25	(47.974.169,93)	(84.275.632.358,55)
2088	4.297.083,12	40.924.614,84	(36.627.531,72)	(84.312.259.890,27)
2089	3.215.617,45	30.624.921,48	(27.409.304,03)	(84.339.669.194,30)
2090	2.355.378,89	22.432.191,76	(20.076.812,87)	(84.359.746.007,17)
2091	1.686.110,39	16.058.228,13	(14.372.117,74)	(84.374.118.124,91)
2092	1.177.397,59	11.213.319,06	(10.035.921,47)	(84.384.154.046,38)
2093	800.266,40	7.621.607,37	(6.821.340,97)	(84.390.975.387,35)
2094	528.138,41	5.029.929,95	(4.501.791,54)	(84.395.477.178,89)
2095	337.411,71	3.213.469,40	(2.876.057,69)	(84.398.353.236,58)
2096	207.797,11	1.979.043,68	(1.771.246,57)	(84.400.124.483,15)
2097	122.687,53	1.168.464,93	(1.045.777,40)	(84.401.170.260,55)
2098	68.995,33	657.106,62	(588.111,29)	(84.401.758.371,84)

Fonte: Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda **Atuário Responsável:** Luiz Claudio Kogut - MIBA 1.308. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

#### Notas Explicativas

1. Conforme estabelece o Manual de Demonstrativos Fiscais, os valores referentes aos anos de 2021 e 2022 correspondem aos efetivamente executados, conforme Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do 6º Bimestre de 2022.
2. Projeção atuarial elaborada em dezembro de 2022 pelo atuário Luiz Claudio Kogut - MIBA 1.308.
3. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Item	Valor
Data Base dos Dados da Avaliação	31/12/2022
Nº de Servidores Ativos	60.584
Folha Salarial Ativos	566.056.743,52
Idade Média de Ativos	44,7 anos
Nº de Servidores Inativos	76.524
Folha dos Inativos	R\$715.181.104,39
Idade Média de Inativos	68,1 anos
Crescimento Real de Remunerações de Ativos	1,81% ao ano
Crescimento Real de Proventos de Inativos	0,00% ao ano
Taxa Média de Inflação	98,22% (4% ao ano)
Taxa de Crescimento do PIB	Capitalização
Taxa de Juros Real	4,50% ao ano
Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos	IBGE 2020 Separada por Sexo
Experiência de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Gerações Futuras ou Novos Entrados	Não considerada

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º Bimestre

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR c= (a - b)
		(b)		
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	25.180.699,00		23.737.532,41	1.443.166,59
Receita de Alienação de Bens Móveis	4.624.223,00		15.527.359,61	(10.903.136,61)
Receita de Alienação de Bens Imóveis	20.556.476,00		8.210.172,80	12.346.303,20
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-		-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-		-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	38.306.674,20	12.930.957,10	10.099.728,99	10.099.728,99	2.831.228,11	4.766.906,73	25.375.717,10
Investimentos	37.711.831,31	12.707.315,70	9.876.087,59	9.876.087,59	2.831.228,11	4.766.906,73	25.004.515,61
Inversões Financeiras	44.042,89	44.042,89	44.042,89	44.042,89	-	-	-
Amortização da Dívida	550.800,00	179.598,51	179.598,51	179.598,51	-	-	371.201,49
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	325.223,00	-	-	-	-	-	325.223,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	325.223,00	-	-	-	-	-	325.223,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR <sup>1</sup>	2021	2022	SALDO ATUAL (k) = (III+IIIj)
	(i)	(j) = (Ib)-(IIf+IIg)	
VALOR (III)	23.823.644,21		8.870.896,69
			32.694.540,90

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas:

1. O saldo financeiro das fontes de alienação de ativos, registrado contabilmente nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recursos, ao final de 2022, somam R\$ 32.686.820,31. A diferença entre o saldo financeiro e o saldo atual, está detalhada conforme segue:

SALDO ATUAL (k) = (III+IIIj)	32.694.540,90
Ressarcimento de receita (fontes de alienação)	-
Despesas correntes executadas	3.366,75
Conversão fontes de alienação	-
Consignação a pagar	-
Consignação paga	4.353,84
SALDO FINANCEIRO 31/12/2022	32.686.820,31

a) R\$ 3.366,75 de despesas correntes executadas pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em despesas relacionadas à dissolução, liquidação e extinção da empresa, nos termos da Lei estadual nº 17.220/2017 e conforme parecer jurídico constante do Processo SEF 12989/2019;

b) R\$ 4.353,84 referente ao pagamento de consignação do exercício de 2021. As consignações a pagar embora sejam consideradas despesas pagas para fins orçamentários, só são deduzidas das disponibilidades de recursos com o pagamento efetivo.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do  
Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	
			RECEITA DE IMPOSTOS (I)	38.088.180.940,00	
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	33.241.445.237,00	33.241.445.237,00	34.592.343.274,24	104,06	
ICMS	32.796.381.555,00	32.796.381.555,00	33.980.556.213,70	103,61	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	445.063.682,00	445.063.682,00	611.787.060,54	137,46	
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	-	-	-	0,00	
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	551.608.420,00	551.608.420,00	771.484.076,62	139,86	
ITCMD	526.543.800,00	526.543.800,00	724.625.864,29	137,62	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCMD	25.064.620,00	25.064.620,00	46.858.212,33	186,95	
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	2.379.720.442,00	2.379.720.442,00	3.089.416.612,38	129,82	
IPVA	2.284.812.108,00	2.284.812.108,00	2.978.894.071,63	130,38	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	94.908.334,00	94.908.334,00	110.522.540,75	116,45	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.915.406.841,00	1.915.406.841,00	2.472.077.079,30	129,06	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.787.216.238,00	1.787.216.238,00	2.460.980.014,56	137,70	
Cota-Parte FPE	1.396.640.799,00	1.396.640.799,00	2.119.653.024,14	151,77	
Cota-Parte IPI-Exportação	390.575.439,00	390.575.439,00	341.326.990,42	87,39	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	-	-	-	0,00	
Outras	-	-	-	0,00	
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	9.597.865.391,00	9.597.865.391,00	10.278.125.752,16	107,09	
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	8.310.361.310,00	8.310.361.310,00	8.648.085.720,14	104,06	
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	1.189.860.221,00	1.189.860.221,00	1.544.708.284,91	129,82	
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	97.643.860,00	97.643.860,00	85.331.747,11	87,39	
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (IV) = (I) + (II) - (III)</b>	<b>30.277.531.787,00</b>	<b>30.277.531.787,00</b>	<b>33.108.175.304,94</b>	<b>109,35</b>	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
			ATENÇÃO BÁSICA (V)	204.732.000,00	135.555.119,43	135.195.119,46	99,73	133.855.808,12	
Despesas Correntes	198.732.000,00	135.555.119,43	135.195.119,46	99,73	133.855.808,12	98,75	126.670.665,45	93,45	1.339.311,34
Despesas de Capital	6.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	2.011.795.218,00	2.561.216.504,08	2.552.629.465,33	99,66	2.291.137.678,35	89,46	2.188.003.135,23	85,43	261.491.786,98
Despesas Correntes	1.583.331.930,00	2.253.638.372,03	2.246.114.503,63	99,67	2.011.032.633,03	89,23	1.914.023.237,07	84,93	235.081.870,60
Despesas de Capital	428.463.288,00	307.578.132,05	306.514.961,70	99,65	280.105.045,32	91,07	273.979.898,16	89,08	26.409.916,38
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	89.496.800,00	101.204.062,98	101.204.062,98	100,00	82.766.476,39	81,78	79.638.987,09	78,69	18.437.586,59
Despesas Correntes	89.496.800,00	101.204.062,98	101.204.062,98	100,00	82.766.476,39	81,78	79.638.987,09	78,69	18.437.586,59
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	-	581.166,55	581.166,55	100,00	540.563,52	93,01	507.042,95	87,25	40.603,03
Despesas Correntes	-	581.166,55	581.166,55	100,00	540.563,52	93,01	507.042,95	87,25	40.603,03
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	6.000,00	10.570.250,77	10.551.530,76	99,82	10.551.530,76	99,82	10.551.530,76	99,82	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	10.569.420,77	10.550.700,76	99,82	10.550.700,76	99,82	10.550.700,76	99,82	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	830,00	830,00	100,00	830,00	100,00	830,00	100,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	2.233.783.641,00	2.447.623.135,63	2.444.436.739,31	99,87	2.398.321.938,77	97,99	2.365.053.035,37	96,63	46.114.800,54
Despesas Correntes	2.105.544.993,00	2.400.972.755,60	2.397.786.359,28	99,87	2.359.968.275,49	98,29	2.326.709.370,13	96,91	37.818.083,79

Despesas de Capital	128.238.648,00	46.650.380,03	46.650.380,03	100,00	38.353.663,28	82,22	38.343.665,24	82,19	8.296.716,75
<b>TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)</b>	<b>4.539.813.659,00</b>	<b>5.256.750.239,44</b>	<b>5.244.598.084,39</b>	<b>99,77</b>	<b>4.917.173.995,91</b>	<b>93,54</b>	<b>4.770.424.396,85</b>	<b>90,75</b>	<b>327.424.088,48</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
	(d)		(e)		(f)	
Total das Despesas com ASPs (XIII) = (XII)	5.244.598.084,39		4.917.173.995,91		4.770.424.396,85	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV) <sup>4</sup>	109.956.139,15		-		-	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XV)	-		-		-	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	-		-		-	
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)</b>	<b>5.134.641.945,24</b>		<b>4.917.173.995,91</b>		<b>4.770.424.396,85</b>	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)					3.972.981.036,59	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (IV) x 12% (Constituição Estadual)					3.972.981.036,59	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII) <sup>1</sup>	1.161.660.908,65		944.192.959,32			
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	-					
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC n° 141/2012 ou 12% da Constituição Estadual)</b>	<b>15,51</b>		<b>14,85</b>			

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup>
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021 (saldo final = XXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXi)</b>					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPs	Valor aplicado em ASPs no exercício	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados ou prescritos	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
	(m)	(n)	(o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	(p)	(q) = (XIVd)	(r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	(s)	(t)	(u)	(v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2022 (regra nova)										
Empenhos de 2021 (regra nova)	3.292.379.536,02	3.963.208.300,46	670.828.764,44	284.325.556,99	-	-	179.478.803,91	254.400,00	104.592.353,08	566.236.411,36
Empenhos de 2020 (regra nova)	2.711.210.802,06	3.305.887.110,28	594.676.308,22	166.417.332,36	-	-	120.489.822,04	0,00	45.927.510,32	548.748.797,90
Empenhos de 2019 (regra nova)	2.669.674.145,04	2.889.547.147,72	219.873.002,68	228.137.922,44	76.700.663,31	-	206.808.251,32	-	21.329.671,12	275.243.994,87
Empenhos de 2018	2.825.146.247,77	2.845.462.600,99	20.316.353,22	357.309.430,33	61.029.775,96	275.963.301,15	317.540.809,61	-	39.768.620,72	41.577.508,46
Empenhos de 2017 e anteriores	4.446.746.483,84	4.587.201.949,51	140.455.465,67	394.301.180,34	87.419.526,16	166.426.188,51	303.032.002,70	2.021.054,00	89.248.123,64	138.626.868,19

<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "v")</b>	-
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)</b>	-
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)</b>	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a serem compensados (XXV) (saldo inicial = XXV)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
<b>TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)</b>					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	489.658.272,00	489.658.272,00	743.468.522,30	151,83
Provenientes da União	489.658.272,00	489.658.272,00	743.468.522,30	151,83
Provenientes dos Estados	-	-	-	0,00

Provenientes de Municípios	-	-	-	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	-	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	8.816.189,00	8.816.189,00	54.471.415,34	617,86
<b>TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXX + XXX + XXXI)</b>	<b>498.474.461,00</b>	<b>498.474.461,00</b>	<b>797.939.937,64</b>	<b>160,08</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	%(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	831.864,00	3.500.907,95	1.493.601,03	42,66	1.493.601,03	42,66	1.002.631,73	28,64	-
Despesas Correntes	831.864,00	3.500.907,95	1.493.601,03	42,66	1.493.601,03	42,66	1.002.631,73	28,64	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	472.335.116,00	1.027.432.154,04	877.205.861,40	85,38	750.870.197,67	73,08	748.602.195,42	72,86	126.335.663,73
Despesas Correntes	470.624.633,00	891.736.084,32	792.535.445,04	88,88	694.114.302,63	77,84	692.210.077,60	77,62	98.421.142,41
Despesas de Capital	1.710.483,00	135.696.069,72	84.670.416,36	62,40	56.755.895,04	41,83	56.392.117,82	41,56	27.914.521,32
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	12.070.000,00	24.120.939,76	20.100.159,74	83,33	16.832.627,68	69,78	16.832.627,68	69,78	3.267.532,06
Despesas Correntes	12.070.000,00	24.120.939,76	20.100.159,74	83,33	16.832.627,68	69,78	16.832.627,68	69,78	3.267.532,06
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	3.436.374,00	12.939.983,47	1.961.750,25	15,16	1.578.574,38	12,20	1.577.269,38	12,19	383.175,87
Despesas Correntes	3.406.374,00	11.966.194,58	1.779.538,15	14,87	1.561.737,28	13,05	1.560.432,28	13,04	217.800,87
Despesas de Capital	30.000,00	973.788,89	182.212,10	18,71	16.837,10	1,73	16.837,10	1,73	165.375,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	6.460.000,00	20.379.005,82	8.094.690,02	39,72	5.985.293,51	29,37	5.858.327,12	28,75	2.109.396,51
Despesas Correntes	6.460.000,00	18.548.985,95	7.738.057,52	41,72	5.632.881,01	30,37	5.505.914,62	29,68	2.105.176,51
Despesas de Capital	-	1.830.019,87	356.632,50	19,49	352.412,50	19,26	352.412,50	19,26	4.220,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	4.034.302,00	26.862.047,32	17.164.125,51	63,90	14.663.061,79	54,59	14.660.928,99	54,58	2.501.063,72
Despesas Correntes	3.814.302,00	17.741.984,37	12.388.078,89	69,82	9.916.487,49	55,89	9.914.354,69	55,88	2.471.591,40
Despesas de Capital	220.000,00	9.120.062,95	4.776.046,62	52,37	4.746.574,30	52,05	4.746.574,30	52,05	29.472,32
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)</b>	<b>499.167.656,00</b>	<b>1.115.235.038,36</b>	<b>926.020.187,95</b>	<b>83,03</b>	<b>791.423.356,06</b>	<b>70,96</b>	<b>788.533.980,32</b>	<b>70,71</b>	<b>134.596.831,89</b>

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	%(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (V + XXXIII)	205.563.864,00	139.056.027,38	136.688.720,49	98,30	135.349.409,15	97,33	127.673.297,18	91,81	1.339.311,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (VI + XXXIV)	2.484.130.334,00	3.588.648.658,12	3.429.835.326,73	95,57	3.042.007.876,02	84,77	2.936.605.330,65	81,83	387.827.450,71
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VII + XXXV)	101.566.800,00	125.325.002,74	121.304.222,72	96,79	99.599.104,07	79,47	96.471.614,77	76,98	21.705.118,65
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	3.436.374,00	13.521.150,02	2.542.916,80	18,81	2.119.137,90	15,67	2.084.312,33	15,42	423.778,90
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (XIX + XXXVII)	6.466.000,00	30.949.256,59	18.646.220,78	60,25	16.536.824,27	53,43	16.409.857,88	53,02	2.109.396,51
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (XI + XXXIX)	2.237.817.943,00	2.474.485.182,95	2.461.600.864,82	99,48	2.412.985.000,56	97,51	2.379.713.964,36	96,17	48.615.864,26
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XII + XL)</b>	<b>5.038.981.315,00</b>	<b>6.371.985.277,80</b>	<b>6.170.618.272,34</b>	<b>96,84</b>	<b>5.708.597.351,97</b>	<b>89,59</b>	<b>5.558.958.377,17</b>	<b>87,24</b>	<b>462.020.920,37</b>
<b>(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>3</sup></b>	<b>489.658.272,00</b>	<b>911.527.353,25</b>	<b>779.745.706,05</b>	<b>85,54</b>	<b>688.622.717,66</b>	<b>75,55</b>	<b>686.052.619,14</b>	<b>75,26</b>	<b>91.122.988,39</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)</b>	<b>4.549.323.043,00</b>	<b>5.460.457.924,55</b>	<b>5.390.872.566,29</b>	<b>98,73</b>	<b>5.019.974.634,31</b>	<b>91,93</b>	<b>4.872.905.758,03</b>	<b>89,24</b>	<b>370.897.931,98</b>

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento é realizado com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o acompanhamento é realizado com base no total da despesa empenhada.

<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considerada os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

<sup>4</sup> Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, foram deduzidas as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados sem disponibilidade de caixa, conforme apurado no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2022.

<sup>5</sup> Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022 estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

CLEVERSON SIEWERT  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
CRCSC 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
 Poder: E - Executivo  
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
 Exercício: 2022  
 Periodicidade: BIMESTRAL  
 Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	37.100.171.739,00
Previsão Atualizada	37.100.171.739,00
Receitas Realizadas	42.447.823.535,59
Deficit Orçamentário	(1.181.201.989,91)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.760.370.757,33
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	37.100.171.739,00
Dotação Atualizada	47.054.840.365,32
Despesas Empenhadas	43.629.025.525,50
Despesas Liquidadas	41.943.909.449,89
Despesas Pagas	41.624.351.141,70
Superavit Orçamentário	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas	43.629.025.525,50
Despesas Liquidadas	41.943.909.449,89
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida	38.260.230.919,84
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	38.247.458.403,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	38.223.585.411,34
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	3.296.604.480,15
Despesas Previdenciárias Empenhadas	6.884.763.276,40
Despesas Previdenciárias Liquidadas	6.884.561.083,87
Despesas Previdenciárias Pagas	6.884.366.463,61
Resultado Previdenciário	(3.588.158.796,25)
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
<b>Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas</b>	
Receitas Realizadas	367.057.755,66
Despesas Empenhadas	1.936.549.929,75
Despesas Liquidadas	1.936.549.929,75
Despesas Pagas	1.936.549.929,75
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	(1.569.492.174,09)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
Poder: E - Executivo  
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
Exercício: 2022  
Periodicidade: BIMESTRAL  
Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48)

Em Reais

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	1.472.684.000,00	864.025.787,96	58,67%
Resultado Nominal - Acima da Linha	521.810.000,00	(949.160.327,58)	-181,90%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	457.199.005,58	171.841.396,87	282.396.159,43	2.961.449,28
Poder Executivo	455.708.406,36	171.594.149,92	281.786.227,88	2.328.028,56
Poder Legislativo	814.215,71	247.246,95	565.370,06	1.598,70
Poder Judiciário	631.822,02	-	-	631.822,02
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	44.561,49	-	44.561,49	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.386.767.229,86	558.101.000,80	828.661.549,33	4.679,73
Poder Executivo	1.225.250.680,75	487.524.776,89	737.721.224,13	4.679,73
Poder Legislativo	36.183.135,51	17.934.889,09	18.248.246,42	-
Poder Judiciário	60.092.290,27	34.086.551,77	26.005.738,50	(0,00)
Ministério Público	63.553.052,06	18.509.716,45	45.043.335,61	-
Defensoria Pública	1.688.071,27	45.066,60	1.643.004,67	-
TOTAL	1.843.966.235,44	729.942.397,67	1.111.057.708,76	2.966.129,01

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	9.110.599.484,62	25%	26,99%
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.303.299.563,30	70%	84,78%
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	-	50%	-
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	-	15%	-

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	38.890.047,34	800.309.952,66
Despesa de Capital Líquida	7.431.182.648,86	1.881.077.824,42

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)</b>				
Receitas Previdenciárias	3.296.604.480,15	3.053.334.875,79	1.966.820.249,54	735.717.517,22
Despesas Previdenciárias	7.057.458.143,43	7.407.764.396,38	6.576.023.668,15	3.629.723.056,65
Resultado Previdenciário	(3.760.853.663,28)	(4.354.429.520,59)	(4.609.203.418,61)	(2.894.005.539,43)
<b>Fundo em Repartição (Plano Financeiro)</b>				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Ente: 42 - Santa Catarina  
 Poder: E - Executivo  
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina  
 Exercício: 2022  
 Periodicidade: BIMESTRAL  
 Período: 6º bimestre

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48)

Em Reais

Resultado Previdenciário				
<b>Pensões e Inativos Militares</b>				
Receitas de Contribuições	367.057.755,66	350.622.216,87	304.046.660,39	179.687.138,33
Despesas com Pensões e Inativos	1.936.549.929,75	2.051.257.942,25	2.198.445.604,69	1.711.306.107,87
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	(1.569.492.174,09)	(1.700.635.725,38)	(1.894.398.944,30)	(1.531.618.969,54)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	23.737.532,41	1.443.166,59
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	12.930.957,10	25.700.940,10

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.134.641.945,24	12%	15,51%
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)			-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

CLEVERSON SIEWERT  
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
 DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS  
 CRCSC 25.039/O-2





# Assinaturas do documento



Código para verificação: **VE390UF7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** (CPF: 036.XXX.959-XX) em 26/01/2023 às 18:30:08  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/04/2018 - 15:56:54 e válido até 24/04/2118 - 15:56:54.  
(Assinatura do sistema)

✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 26/01/2023 às 19:01:03  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDM4ODdfMzg4N18yMDIyX1ZFMzkwVUY3> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00003887/2022** e o código **VE390UF7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

## Atestado

**Atesto que foi publicado em 30/01/2023, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2022 deste Estado, conforme preceituam os arts. 52 e 53 da mesma Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.**

**Santa Catarina, em 30/01/2023.**

## Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JORGINHO DOS SANTOS MELLO:25084119904  
Date: 2023.01.30 16:54:31 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Governo do Estado de Santa Catarina

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

Em atendimento art. 9, II da IN nº 002/2001, encaminhamos as seguintes informações.

**1. Estoque da dívida ativa**

A tabela a seguir mostra o valor do estoque de dívida ativa em 31/12/2022.

<b>Tributo</b>	<b>Imposto (R\$)</b>	<b>Multa (R\$)</b>	<b>Juros (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
<b>ICMS</b>	R\$ 8.322.853.989,00	R\$ 5.023.297.459,36	R\$ 7.592.273.549,33	R\$ 20.938.424.997,69
<b>ITCMD</b>	R\$ 74.958.587,25	R\$ 60.694.034,99	R\$ 50.759.306,68	R\$ 186.411.928,92
<b>IPVA</b>	R\$ 317.603.879,19	R\$ 100.039.409,79	R\$ 211.613.955,85	R\$ 629.257.244,83
<b>Outras dívidas ativas</b>	R\$ 590.024.340,21	R\$ 28.778.460,97	R\$ 276.786.595,96	R\$ 895.589.397,14
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.305.440.795,65</b>	<b>R\$ 5.212.809.365,11</b>	<b>R\$ 8.131.433.407,82</b>	<b>R\$ 22.649.683.568,58</b>

*Fonte: Gerencia de Arrecadação*

## 2. Perfil da dívida ativa por período de inscrição

A tabela a seguir mostra o valor da dívida ativa em 31/12/2022 por período de inscrição.

Período	Imposto (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)
<b>2022</b>	R\$ 1.139.222.432,12	R\$ 623.944.050,14	R\$ 320.055.867,80	R\$ 2.083.222.350,06
<b>De 2017 a 2021</b>	R\$ 4.064.042.842,70	R\$ 2.120.118.992,94	R\$ 2.019.745.885,45	R\$ 8.203.907.721,09
<b>De 2012 a 2016</b>	R\$ 2.482.412.680,47	R\$ 1.452.365.888,47	R\$ 2.300.511.896,65	R\$ 6.235.290.465,59
<b>De 2007 a 2011</b>	R\$ 776.834.739,64	R\$ 549.157.859,14	R\$ 1.213.861.883,80	R\$ 2.539.854.482,58
<b>De 2002 a 2006</b>	R\$ 372.128.139,06	R\$ 221.565.029,14	R\$ 827.908.955,50	R\$ 1.421.602.123,70
<b>De 1997 a 2001</b>	R\$ 274.989.890,24	R\$ 142.977.217,14	R\$ 772.409.455,71	R\$ 1.190.376.563,09
<b>De 1992 a 1996</b>	R\$ 170.193.149,49	R\$ 85.692.750,68	R\$ 567.618.379,63	R\$ 823.504.279,80
<b>Antes de 1992</b>	R\$ 25.616.921,93	R\$ 16.987.577,46	R\$ 109.321.083,28	R\$ 151.925.582,67
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.305.440.795,65</b>	<b>R\$ 5.212.809.365,11</b>	<b>R\$ 8.131.433.407,82</b>	<b>R\$ 22.649.683.568,58</b>

Fonte: Gerencia de Arrecadação

### 3. Perfil da dívida ativa por segmento econômico

A tabela a seguir mostra o valor da dívida ativa, por segmento econômico, agrupado por DIVISÃO do CNAE.

Segmento econômico	Imposto	Multa	Juros	Total
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	R\$ 1.633.216.684,64	R\$ 1.373.514.840,08	R\$ 1.387.772.077,12	R\$ 4.394.503.601,84
COMÉRCIO VAREJISTA	R\$ 1.271.622.024,06	R\$ 767.926.631,44	R\$ 964.438.170,07	R\$ 3.003.986.825,57
TRANSPORTE TERRESTRE	R\$ 718.999.091,65	R\$ 299.915.972,63	R\$ 455.437.680,90	R\$ 1.474.352.745,18
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	R\$ 464.706.969,68	R\$ 215.143.463,30	R\$ 441.481.309,18	R\$ 1.121.331.742,16
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	R\$ 447.775.505,81	R\$ 185.036.094,20	R\$ 320.719.956,00	R\$ 953.531.556,01
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	R\$ 269.725.494,47	R\$ 138.344.805,82	R\$ 330.166.512,53	R\$ 738.236.812,82
TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 362.875.731,80	R\$ 308.947.507,41	R\$ 231.271.109,28	R\$ 903.094.348,49
METALURGIA	R\$ 315.668.989,77	R\$ 243.404.265,97	R\$ 271.268.803,76	R\$ 830.342.059,50
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	R\$ 226.808.382,40	R\$ 66.545.575,95	R\$ 264.503.213,57	R\$ 557.857.171,92
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	R\$ 194.485.992,50	R\$ 76.534.416,40	R\$ 169.888.314,87	R\$ 440.908.723,77
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 177.807.355,97	R\$ 77.688.414,34	R\$ 150.740.412,31	R\$ 406.236.182,62
ALIMENTAÇÃO	R\$ 181.688.946,86	R\$ 83.088.469,21	R\$ 90.009.868,86	R\$ 354.787.284,93
OUTROS	R\$ 3.040.059.626,04	R\$ 1.376.718.908,36	R\$ 3.053.735.979,37	R\$ 7.470.514.513,77
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.305.440.795,65</b>	<b>R\$ 5.212.809.365,11</b>	<b>R\$ 8.131.433.407,82</b>	<b>R\$ 22.649.683.568,58</b>

Fonte: Gerencia de Arrecadação



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NA INSTÂNCIA JUDICIAL, COM QUANTITATIVO E VALOR**

Referente às ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor, no ano de 2022, encaminhamos as seguintes informações.

Em relação aos processos de execução fiscal cadastrados no sistema da Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net -, no período entre 01/01/2022 e 31/12/2022, temos:

	<b>Valor</b>
<b>Nº de execuções fiscais</b>	1.761
<b>Valor das execuções (R\$)</b>	1.263.725.081,12

*Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net*

Em relação a cobrança administrativa na modalidade de protesto da CDA, temos os seguintes resultados para o mesmo período:

	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>CDA encaminhadas a protesto</b>	37.918	1.570.143.125,83
<b>CDA pagas antes do protesto</b>	6.478	9.752.142,64
<b>CDA pagas após protesto</b>	285	168.060,04
<b>CDA parceladas após protesto</b>	927	35.243.968,64

*Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA**

A tabela a seguir mostra o valor do estoque dos créditos tributários disponíveis para a cobrança, em 31/12 de cada ano.

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Declaração</b>	598.033.672,98	716.037.453,15	1.664.359.774,96	921.084.644,78	881.657.321,14	1.535.268.412,94	2.652.956.578,85	2.493.631.875,19
<b>Notificação</b>	523.785.214,67	858.534.230,55	599.222.898,07	785.168.782,41	888.152.930,63	596.171.562,42	533.595.173,33	489.413.545,43
<b>Dívida Ativa</b>	11.391.887.016,77	13.646.515.777,12	14.380.552.220,16	16.130.649.103,70	18.364.067.173,72	20.220.360.925,76	21.251.807.263,22	22.649.683.568,58
<b>Parcelamento vencido</b>	74.590.214,07	27.286.633,13	23.051.030,80	39.602.734,00	28.635.935,14	9.221.347,37	31.853.887,89	40.670.201,71

Fonte: Gerência de Cobrança Administrativa - GECOB





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NESTA INSTÂNCIA**

Referente as medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância em 2022, encaminhamos as seguintes informações:

Em 2022, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina - SEF/SC estruturou, por meio do Decreto nº 2.094, de 28 de julho de 2022, a Gerência de Cobrança Administrativa - GECOB. O referido órgão passou a ser o responsável pela definição e coordenação, a nível estadual, das principais atividades destinadas à recuperação de créditos no âmbito da SEF/SC.

Neste contexto, dentre outras medidas adotadas no ano de 2022, destacam-se:

- Estruturação básica da GECOB;
- Operacionalização do arrolamento de bens, com **R\$ 1.553.305,38** em bens arrolados no segundo semestre de 2022;
- Envio de **127.133** (cento e vinte e sete mil, cento e trinta e três) mensagens automatizadas, com tecnologia de mala direta, com o disparo de cobranças personalizadas, sendo:
  - **43.546** e-mails de cobrança da campanha relacionada às dívidas de ICMS parcelável em até 120 vezes;
  - **49.527** e-mails de cobrança da campanha relacionada aos débitos inscritos em dívida ativa;
  - **30.900** e-mails de cobrança da campanha relacionada aos débitos de ICMS declarado, mas ainda não pago;
  - **1.580** bloqueios de sistema, informando aos contabilistas que foram encaminhadas informações relevantes via Domicílio Tributário Eletrônico - DTEC;
  - **1.580** correios eletrônicos, via DTEC, informando aos contabilistas as listas de clientes que poderiam aderir a alguma campanha, mas ainda não haviam realizado a opção.
- Realização de **60.226** (sessenta mil, duzentos e vinte e seis) contatos registrados no Relatório de Acompanhamento de Cobrança (RAC).
- **Total de 187.359** (cento e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove) contatos realizados.

*Observação: com a estruturação da GECOB, visando o aperfeiçoamento dos dados estatísticos, ocorreu a alteração da metodologia de contagem do número de contatos:*

- Até 2021, caso o contribuinte tivesse mais de uma dívida, cada contato, telefônico ou por e-mail, geraria o registro de uma cobrança para cada dívida.
- A partir de 2022, cada contato, independentemente da quantidade de dívidas do contribuinte, gera apenas um registro.

- Aprimoramento da ferramenta e da legislação que trata dos Devedores Contumazes:

Em 2022, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina intensificou o combate aos contribuintes considerados devedores contumazes nos termos do art. 111-B da Lei nº 3.938/66 e art. 408, Anexo 06 do RICMS/SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870/01; tendo efetuado melhorias tanto na ferramenta lançada em 2021 como na legislação aplicável a esses contribuintes.

Segundo a legislação, devedor contumaz é aquele que deixa de recolher o imposto declarado relativo a pelo menos oito períodos, sucessivos ou não, dentro dos últimos 12 meses, cujo valor ultrapasse R\$ 1 milhão; além do contribuinte que tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a R\$ 20 milhões.

Como resultados da ferramenta de combate aos devedores contumazes, verificados em 2022, cabem destacar a instauração de aproximadamente 140 processos de enquadramento, sendo que entre os contribuintes intimados para regularização e os efetivamente enquadrados, verificou-se um total aproximado de R\$215 milhões em débitos regularizados (considerando pagamentos e parcelamentos).

Importante ressaltar que não se encontram computados na soma destacada acima os valores regularizados espontaneamente pelos contribuintes a fim de evitar um possível enquadramento como Devedor Contumaz nos termos da legislação; de contribuintes com processos instaurados em 2021 que optaram por regularizar em 2022 as pendências que motivaram seus enquadramentos; assim como, os valores recolhidos por operação/prestação pelos contribuintes enquadrados inseridos em Regime Especial de Fiscalização.

Vale registrar, também, conforme já verificado no ano de lançamento da ferramenta em comento, outro efeito indireto da identificação de contribuintes passíveis de enquadramento como devedores contumazes, que é a constatação de empresas “*noteiras*” entre outras sem existência física, as quais tiveram suas inscrições no CCICMS-SC canceladas.

Finalmente, destacamos outro efeito positivo do trabalho efetuado em cima dos contribuintes considerados Devedores Contumazes que é a proteção à livre concorrência, uma vez que dificulta a ação daqueles contribuintes que optam por trabalhar de forma desleal no mercado."

Mantendo-se o critério de aferição dos anos anteriores, ou seja, considerando-se recuperados em razão das ações de cobrança os débitos que foram pagos ou parcelados em até 60 dias após o contato, realizaram-se a recuperação de R\$ 133.805.289,85 pagos à vista, e novos parcelamentos no valor total de R\$ 2.540.742.852,51.

Fonte: Gerência de Cobrança Administrativa - GECOB



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**MEDIDAS ADOTADAS PARA INCREMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES**

Referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2022, encaminhamos as seguintes informações.

Especificamente, dizem respeito as ações empreendidas pela Diretoria de Administração Tributária e coordenadas pela Gerência de Sistemas de Administração Tributária - GESIT. Impende destacar que, embora tenham sido conduzidas ações importantes, cujos resultados estão diretamente relacionados ao combate a fraudes tributárias ou à recuperação de créditos tributários, existem ações cujo objetivo é tornar possível ou suportar aquelas, como ações voltadas ao aperfeiçoamento da legislação, a capacitação e a mudança organizacional ou projetos de infraestrutura.

Abaixo, são delineados 16 (dezesseis) subsistemas inerentes à Administração Tributária nos quais há envolvimento da GESIT de alguma forma. Entre estes, há o subsistema relativo à gestão das soluções de tecnologia da informação e comunicação, responsável por sustentar os demais subsistemas - envolve operações, pesquisa e desenvolvimento e gestão de tecnologia da informação - e o subsistema relativo aos macroprocessos de apoio.

Há também 67 (sessenta e sete) macroprocessos que se referem ao desenvolvimento, à implantação, à sustentação e ao gerenciamento dos sistemas de administração tributária que permitem a gestão e o acompanhamento de questões inerentes à Administração Tributária, a exemplo de fiscalização, contencioso fiscal e da arrecadação dos tributos estaduais, tanto no aspecto tributário como no fluxo financeiro. Há, ainda, 20 (vinte) macroprocessos de apoio aos subsistemas.

Quadro 1. Subsistemas de Administração Tributária.

<b>Subsistemas de Administração Tributária</b>	
Contas	Automação Comercial
Arrecadação	Fiscalização

Relações com os Municípios e Movimento Econômico	Cadastro e Acesso
Tratamentos Diferenciados	Publicações e Atendimento
Comércio Exterior	Auditoria
Documentos Fiscais	Operações, Pesquisa e Desenvolvimento
Declarações	Gestão de Processos e Documentos
Escrituração Fiscal	Gestão de Tecnologia da Informação

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda.

Ressalta-se, além disso, o delineamento de subsistema estruturado em macroprocessos de suporte à Administração Tributária. Dentre as atribuições do referido subsistema, podemos exemplificar a instrução de processos e consultas, o apoio na elaboração de legislação e o atendimento e orientação sobre a legislação tributária a contadores e contribuintes. Também diz respeito ao atendimento a usuários, à gestão da segurança da informação, ao intercâmbio de informações e à cooperação com outros órgãos.

Grande parte do esforço é dedicado à manutenção e à sustentação dos subsistemas e da infraestrutura de tecnologia. Além disso, a implementação das ações nas mais diversas áreas do campo tributário, mesmo que relativa a projetos de inovação, não diz respeito somente ao desenvolvimento de soluções de tecnologia, mas também de projetos que visam o aperfeiçoamento de leis, decretos, atos e orientações. São projetos que, em grande medida, exigem uma mudança organizacional, como o da área de fiscalização por exemplo, o que demanda esforço em orientação e atendimento aos servidores, interessados e contribuintes.

As ações também são associadas a um eixo inerente ao aperfeiçoamento da Administração Tributária, que, por sua vez, é associado a ações promovidas no período, conforme tabela abaixo:

Quadro 2. Eixos e ações.

<b>Eixo</b>	<b>Ações</b>
Recuperação de créditos	Medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância
Incremento de receitas	Medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições
Combate à evasão fiscal	Providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos
Simplificação e redução de custos	Medidas adotadas para simplificação e redução do custo de conformidade
Infraestrutura, inovação e suporte	Medidas para o aperfeiçoamento da infraestrutura, para inovação e suporte

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda.

As ações adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições estão relacionadas abaixo, com a respectiva previsão de conclusão. Ressalta-se que algumas ações foram iniciadas em anos anteriores e ainda estão sendo executadas.

Quadro 3. Ações Instrução Normativa nº 20/2015 TCE/SC.

Subsistema	Ação	Eixo	Previsão	Status em dezembro 2021	Status em dezembro de 2022
Movimento Econômico	Aperfeiçoamento Apuração do Movimento Econômico / EFD - Fase I	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2023	Em execução	Em execução
Tratamentos Tributários Diferenciados	Novo Sistema de Tratamentos Tributários Diferenciados - Fase I	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2024	Em execução	Em execução
Comércio Exterior	Liberação Eletrônica de Importações integrado ao Portal Único do Comércio Exterior - Fase II	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2023	Em execução	Em execução
Comércio Exterior	Aperfeiçoamento da Auditoria de Comércio Exterior - Fase I	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2024	Em execução	Em execução
Documentos Fiscais	Implantação do DAF	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2022	Em execução	Em execução
Documentos Fiscais	Implantação do BP-e	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2023	Em execução	Em execução

Documentos Fiscais	Implantação do NFCom	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2024	Não iniciado	Em execução
Documentos Fiscais	Implantação do NF3-e	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2022	Em execução	Concluído
Documentos Fiscais	Implantação da NFF	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2023	Não iniciado	Em execução
Declarações	Controle de Transferência de Créditos de insumos de Produtor Rural	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2021	Legislação atualizada PORTARIA SEF N° 102/2021 e PORTARIA SEF N° 306/2021, medidas internas análise de viabilidade	Em execução
Declarações	Aperfeiçoamento EFD para apuração do ICMS	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2023.	Atualização constante do ATO DIAT 044/2020 em conjunto com as malhas, visando a melhora da qualidade do dado na EFD.	Em execução. Fim dos códigos genéricos de ajustes e criação de códigos específicos.
Declarações	Projeto Simplificação das Obrigações Tributárias Acessórias (extinção da DIME e estabelecimento da EFD como declaração única).	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2025		Em execução. Comitê implantado. Estudos de viabilidade/adequação de legislação. Reconstrução do sistema de

					geração de contas correntes para refletir a apuração da EFD.
Declarações	Implementação da Tabela 5.2 da EFD	Combate à evasão fiscal	Mai de 2023	-	Em execução
Declarações	Créditos de ICMS para Cultura	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2021.	Executado Portaria SEF nº 464 define os procedimentos para usufruto e apropriação na escrituração fiscal	
Declarações	Gestão de Fundos	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2021.	Em execução	Em execução
Declarações	DRCST, mudança para pedido pelo estabelecimento consolidador	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2020.	Executado	
Declarações	Implementação das novas versões da DIMP: Versões 05, 06 e 07	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2021.	Executado	
Declarações	Implementação das novas naturezas de operações da DIMP, inclusive com as informações de PIX	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2021.	Executado	



Declarações	Implementação das novas versões da DIMP: Versão 08	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2022.	-	Executado
Declarações	Novo sistema de acompanhamento de obrigações e omissões da DIMP	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2022.	-	Executado
Declarações	Implementação das regras de classificação de níveis dos pagamentos da DIMP	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2022.	-	Executado
Declarações	Implementação do Bloqueio de Ofício dos arquivos da DIMP enviados pelas Instituições de Pagamentos	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2022.	-	Executado
Declarações	Implementação das novas versões da DIMP Versão 09	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2023.	-	Em execução
Fiscalização	Novo Sistema de Fiscalização - Gestão de PAF (OS)	Combate à evasão fiscal	Novembro de 2020	Executado	
Fiscalização	Novo Sistema de Fiscalização - Gestão de Ações Fiscais	Combate à evasão fiscal	Novembro de 2020	Executado	
Fiscalização	Gestão de PAF (OS)	Combate à evasão fiscal	Novembro de 2020	Executado	
Fiscalização	Novo Sistema de Fiscalização - Gestão de Ações Fiscais - OF	Combate à evasão fiscal	Setembro de 2020	Executado	

Fiscalização	Novo Sistema de Denúncia (integrado com Gerenciamento de OS e de PAF)	Combate à evasão fiscal	Outubro de 2020	Executado	
Fiscalização	Sistema de Controle de Devedor Contumaz	Combate à evasão fiscal	Dezembro de 2020	Executado	
Fiscalização	Representação ao Ministério Público	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2021	A executar. Falta definir regras de negócio junto com MP	Executado
Fiscalização	Aperfeiçoamento gestão emissão massiva de documentos de fiscalização - Fase I	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2023	A executar	Em execução
Fiscalização	Aperfeiçoamento gestão emissão massiva de documentos de fiscalização - Fase II	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2023	A executar	A executar
Fiscalização	Aperfeiçoamento gestão emissão massiva de documentos de fiscalização - Fase III	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2024	A executar	A executar
Fiscalização	Documentos da FMT no PAF (Documentos emitidos nas operações de trânsito) - Fase I	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2021	Em execução	Executado
Fiscalização	Documentos da FMT no PAF (Documentos emitidos nas operações de trânsito) - Fase II	Combate à evasão fiscal	Primeiro bimestre de 2023	Em execução	Em execução

Fiscalização	Integrações com declarações e pagamentos no Gerenciamento de OFs - Fase I	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2023	de	Executado parcialmente	Executado parcialmente
Fiscalização	Aperfeiçoamento GEP	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2021	de	Executado	
Fiscalização	Pedido de Verificação Fiscal	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2023	de	A executar	A executar
Fiscalização	Integração com inconsistências do Módulo de Auditoria no Gerenciamento de OFs	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2023	de	Em execução	Em execução
Cadastro Tributário	Fase 5 da Integração com a REDESIM	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Cadastro Tributário	Integração CRC-SC/Cadastro	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre 2021.	de	Executado	
Cadastro Tributário	Dispensa da exigência do Alvará Municipal na concessão da Inscrição Estadual (IE).	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021.	de	Executado	
Cadastro Tributário	Nova FAC Online - Pedido de Inscrição Estadual	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021.	de	Executado	

Cadastro Tributário	Baixa Automática de acordo com a Lei Complementar nº 147/2014	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2021.	Executado	
Cadastro Tributário	Integração Cadastro Tributário de SC com a REDESIM - Implantação da melhoria da comunicação no Registro Empresarial e Legalização na REDESIM;	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2022.	-	Executado
Cadastro Tributário	Integração Cadastro Tributário de SC com a REDESIM - Baixa Automática da Inscrição Estadual exclusiva no Estado pela REDESIM - Evento 604	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2022.	-	Executado
Cadastro Tributário	Modernização e agilidade no Cancelamento de Inscrições Estaduais no Cadastro Tributário de SC.	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre de 2022.	-	Em execução
Cadastro Tributário	Integração Cadastro Tributário de SC com a REDESIM - Concessão da Inscrição Estadual no Estado pela REDESIM - Evento 601	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2022.	-	Executado
Cadastro Tributário	Integração Cadastro Tributário de SC com a REDESIM - Processamento de Atos de fusão, incorporação e cisão de empresas	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre de 2023.	-	Em estudo no Grupo Nacional
Cadastro Tributário	Integração Cadastro Tributário de SC com a REDESIM - Processamento da comunicação dos Atos de ofício praticados pela SEF/SC para Receita Federal - Cancelamentos de Inscrições Estaduais e do CNPJ	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre de 2023.	-	Em estudo no Grupo Nacional
Auditoria	Tabela de Mercadorias e Cálculo Automatizado de ICMS	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre de 2023	Em execução	Piloto em andamento com setor de bebidas frias / Adição incremental de outros setores

Auditoria	Malhas Fiscais	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Auditoria	Integração com Módulo de Fiscalização - Fase I	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Auditoria	Integração com Módulo de Fiscalização - Fase II	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2022	de	Executado	
Auditoria	Fiscalização Massiva das Malhas Fiscais (exercício 2019)	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre 2022	de	Executado	
Auditoria	Visão Geral - Melhorias	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2021	de	Executado	
Contas Arrecadação	e Compensação e Crédito Acumulado	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021	de	Em execução	Em execução
Contas Arrecadação	e Aperfeiçoamento Dief ITCMD com dados FIPE - Fase I	Incremento de receitas	Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Contas Arrecadação	e Atualização de tabelas de referência Epagri (ITCMD)	Incremento de receitas	Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Contas Arrecadação	e Nova Dief - Fase I	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre 2024	de	Em planejamento	Em planejamento

Contas Arrecadação	e	Nova aplicação para Arbitramento de Bens (ITCMD) - Fase I	Incremento de receitas	de	Segundo semestre 2022	de	Em execução	Executado
Contas Arrecadação	e	Central de Serviços ao contribuinte (ITCMD)	Simplificação e redução de custos	e	Segundo semestre 2023	de		Em execução
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento para Arbitramento de bens (ITCMD) MASSIVO - Fase II	Incremento de receitas	de	Primeiro semestre 2024	de		Em planejamento
Contas Arrecadação	e	Aplicações de Gestão (ITCMD) - Melhorias	Simplificação e redução de custos	e	Segundo semestre 2023	de		Em execução
Contas Arrecadação	e	Facilitar acesso aos débitos e emissão de DARE (ITCMD)	Incremento de receitas, Simplificação e redução de custos	de	Segundo semestre 2022	de		Executado
Contas Arrecadação	e	Individualizar parcelamento (ITCMD)	Simplificação e redução de custos	e	Primeiro semestre 2023	de	Em planejamento	Em execução
Contas Arrecadação	e	Cancelamento automático DIEF (ITCMD) em preenchimento há mais de 90 dias	Combate à evasão fiscal		Segundo semestre 2022	de	Em planejamento	Executado
Contas Arrecadação	e	Nova aplicação de Monitoramento/Acompanhamento (ITCMD)	Incremento de receitas	de	Segundo semestre 2023	de		Em planejamento
Contas Arrecadação	e	Devedor Contumaz - Melhorias	Combate à evasão fiscal		Primeiro semestre 2022	de	Em execução	Em execução

Contas Arrecadação	e	Novo pedido de parcelamento / Processo SAT GEP - Fase I	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2022	de	Em execução Implantado parcialmente	Implantado
Contas Arrecadação	e	Gestão Dívida Ativa PRODEC	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento Processo Aprovação	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2020	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento Processo Imputação	Incremento de receitas	Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento RAC	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento do controle da regularização de depósitos judiciais (Pendente desenvolvimento TJ)	Incremento de receitas	Primeiro semestre 2022	de	A executar	A executar
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento da gestão de pendências - DETRAN	Simplificação e redução de custos	Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Responsabilidade Solidária	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2022	de	A executar	Parcialmente implantado
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento do controle da exigibilidade	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021	de	Executado	Implantado

Contas Arrecadação	e	Arquivos de Arrecadação - Padrão FEBRABAN leiaute v. 6	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2022	de	A executar	Implantado
Contas Arrecadação	e	Revisão conceito de controladora/coligada - Fase I	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2022	de	A executar	A executar
Contas Arrecadação	e	Aplicação pública para parcelamento sumário de dívida não tributária	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Processo eletrônico para retificação de declarações	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2022	de	A executar	A executar
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento gestão de débitos com registro de garantia e com a exigibilidade suspensa - Fase I	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2021	de	Implantado	
Contas Arrecadação	e	Gestão Dívida Ativa ALESC	Combate à evasão fiscal	Segundo semestre 2021	de	Executado	Implantado - Pendente ALESC
Contas Arrecadação	e	Compensação crédito acumulado exportação, art. 13 Lei nº 17.878/2019	Simplificação e redução de custos	Segundo semestre 2021	de	Executado	
Contas Arrecadação	e	Homologação Banco Original	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2022	de	Pausado em virtude da pandemia	Suspensão Pendência Banco -
Contas Arrecadação	e	Gestão de garantia - Fase II (Aguarda PGE/PROFIS)	Combate à evasão fiscal	Primeiro semestre 2022	de	Aguarda PGE/PROFIS	Aguarda PGE/PROFIS



Contas Arrecadação	e	Selo Digital, Convênio TJSC (Proc. SEF 5366/2020)	Simplificação redução de custos	e	Primeiro semestre 2022	de	A executar	Em execução
Contas Arrecadação	e	GNRE Múltipla	Simplificação redução de custos	e	Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	BB - Envio dos arquivos por serviço WEB - Fase I	Infraestrutura, inovação e suporte		Segundo semestre 2022	de	A executar	A executar
Contas Arrecadação	e	Aperfeiçoamento DUIMP, GNRE e DARE	Infraestrutura, inovação e suporte		Primeiro semestre 2021	de	Executado	Implantado
Contas Arrecadação	e	Adequações DUIMP	Simplificação redução de custos	e			Executado	Implantado
Cooperação		Acordo de cooperação com MP	Infraestrutura, inovação e suporte		Segundo semestre 2020	de	Executado	
Cooperação		Acordo de cooperação com TCE	Infraestrutura, inovação e suporte		Segundo semestre 2020	de	Executado	
Cooperação		Acordo de cooperação com MPF	Infraestrutura, inovação e suporte		Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Cooperação		Acordo de cooperação com TCU	Infraestrutura, inovação e suporte		Segundo semestre 2020	de	Executado	

Cooperação	Acordo de cooperação com PF	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado com a PRF	
Cooperação	Portal de Dados Públicos	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2021	de	A executar	A executar
Publicações e Atendimento	Pe/SEF - Preparação de novos tipos de documentos para alertas via DTEC	Combate à evasão fiscal			Em execução	Concluído
Publicações e Atendimento	DTEC - Utilização do assinador ICP Brasil em todas as assinaturas digitais	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2022	de	Em execução	Em execução
Publicações e Atendimento	Pe/SEF - Expansão dos controles para aumentar percepção de incidentes	Combate à evasão fiscal			Em execução	Concluído
Publicações e Atendimento	Pe/SEF - Identificação de partes interessadas em documentos adicionais	Infraestrutura, inovação e suporte			Executado	Concluído
Publicações e Atendimento	Correio eletrônico - Campanha de divulgação para o credenciamento de contabilistas e de empresas	Combate à evasão fiscal			Executado	Concluído
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Implantação Nuvem EXACC	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Ampliação do parque de servidores e segmentação de serviços	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	A executar	A executar

Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Upgrade dos servidores de aplicação web do SAT	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2020	Em execução	Em execução
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Melhoria da escalabilidade dos servidores de aplicação com implementação da solução Microsoft Application Request Routing (ARR)	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2021	A executar	A executar
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Rotina de bloqueio dinâmico de usuário baseado em regras para evitar sobrecarga dos servidores (proteção c/ robôs)	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2020	A executar	A executar
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Criação do Servidor de Filas de Banco de dados Oracle	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2020	Em execução	Em execução
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Criação de Servidor de Arquivos para "grandes arquivos"	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre de 2023	A executar	A executar
Infraestrutura	Framework e Infraestrutura de servidores. Migração para a tecnologia .NET Core	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2023	A executar	A executar
Infraestrutura	Consolidação de banco de dados na nuvem. Migração das bases de dados SINTEGRA/SIGEF para nuvem	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre de 2020	Executado	

Infraestrutura	Consolidação de banco de dados na nuvem. Upgrade da versão do banco de dados do SAT (11g 19c)	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2021	de	Executado	
Infraestrutura	Consolidação de banco de dados na nuvem. Criação dos ambientes de desenvolvimento e homologação do SAT na nuvem	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Consolidação de banco de dados na nuvem. Criação da base de dados da NFCe	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Redesenho de sistemas. Segregação e migração das bases de dados da NFAe e NFPe	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Redesenho de sistemas - Descontinuação da base de dados legada do Sintegra	Infraestrutura, inovação e suporte			Executado	
Infraestrutura	Redesenho de sistemas. Criação de base de dados de desenvolvimento e homologação dos documentos fiscais eletrônicos	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Criação de solução para compartilhamento de informações com órgãos externos	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2021	de	Executado	

Infraestrutura	Anonimização dos dados	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2021	de	Em execução	Em execução
Infraestrutura	Revisão da política de acesso aos dados no banco de dados (LGPD)	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Em execução	Em execução
Infraestrutura	Projeto de melhoria do monitoramento da indisponibilidade dos servidores - Fase I	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	A executar	A executar
Infraestrutura	Treinamentos BDA - Big Data Analytics	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Infraestrutura	Treinamentos - Tuning de Banco de Dados	Infraestrutura, inovação e suporte	Segundo semestre 2020	de	Executado	
Contencioso Administrativo Tributário	Migração e otimização do Sistema Contencioso Administrativo Tributário	Infraestrutura, inovação e suporte	Primeiro semestre 2024	de		Em execução

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda. *Fonte: Gerência de Sistemas e Informações Tributárias*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS**

Referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições em 2022, encaminhamos as seguintes informações.

O Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil em 09/01/2023 apresenta uma projeção de progressão da economia menos acentuada que o ano de 2021, com acréscimo de 3,03% ao PIB do ano. A taxa de inflação acumulada até novembro de 2022 é de 5,90%, ficando acima do centro da meta (3,50%), conforme apontou o IBGE.

Em relação à atividade produtiva em Santa Catarina, a economia catarinense manteve ritmo mais reduzido de expansão no terceiro trimestre do ano, quando comparado ao exercício de 2021 e encerrou o período de 12 meses até setembro com crescimento estimado de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB). A expansão foi 0,5 ponto percentual abaixo da estimativa anualizada do trimestre anterior. As projeções são realizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE).

Conforme dados apontados na tabela abaixo, o ano de 2022 apresentou crescimento na arrecadação estadual na ordem de 19,4% em relação ao ano de 2021, chegando ao resultado recorde de 43,319 bilhões.

Receitas (R\$)	2021		2022			Comparação		
	Anual	Dezembro	Anual	Novembro	Dezembro	% Anual	% Dez/22 com Nov/22	% Dez/22 com Dez/21
	até 31/12	Mês	até 31/12	Mês	Mês			
ITCMD	690,7 M	65,7 M	773,9 M	68,4 M	76,8 M	12,0% ↑	12,3% ↑	17,0% ↑
REPASSES DA UNIÃO	2.004,8 M	196,4 M	2.461,0 M	217,2 M	238,2 M	22,8% ↑	9,7% ↑	21,3% ↑
ICMS	29.099,0 M	2.133,4 M	34.497,2 M	2.613,3 M	2.736,4 M	18,6% ↑	4,7% ↑	28,3% ↑
OUTRAS RECEITAS	2.176,6 M	183,3 M	2.497,2 M	198,2 M	205,2 M	14,7% ↑	3,6% ↑	11,9% ↑
IPVA	2.299,7 M	76,1 M	3.090,3 M	148,1 M	108,5 M	34,4% ↑	-26,7% ↓	42,6% ↑
<b>Total</b>	<b>36.270,7 M</b>	<b>2.654,9 M</b>	<b>43.319,6 M</b>	<b>3.245,1 M</b>	<b>3.365,0 M</b>	<b>19,4% ↑</b>	<b>3,7% ↑</b>	<b>26,8% ↑</b>

Estes dados são extraídos da arrecadação e baseados na data de pagamento.  
Fonte: Sistema de Administração Tributária (Dashboard Administrativo).

No que concerne ao esforço fiscal, o Estado de Santa Catarina teve um papel de destaque no cenário nacional, com crescimento da arrecadação do ICMS, IPVA e ITCMD em 18,6%, 34,4% e 12%, respectivamente. Considerando todas as receitas estaduais, o aumento na comparação em relação a 2020 foi de 19,4%. Esse forte resultado pode ser explicado, em parte, por algumas medidas adotadas no âmbito da administração tributária estadual.

## **1. MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL**

No Estado de Santa Catarina, a administração tributária vem empreendendo firme atuação com foco na arrecadação, controles e monitoramento da atividade econômica e tributária da maior parte das empresas. Enquanto em outras unidades federadas privilegia-se a fiscalização repressiva, o fisco de SC foca na prevenção, de forma que o contribuinte recolha espontaneamente o tributo devido, sem aplicação da multa punitiva.

O Estado propicia a autorregularização dos contribuintes o mais breve possível. Prioriza-se, assim, o esforço fiscal voltado à manutenção das empresas em atividade, o que confere maior celeridade no ingresso dos recursos públicos, evitando-se a produção de processos contencioso e de execução fiscal, nem sempre exitosos, que ainda demandam tempo e recursos. O lançamento de ofício foca no sonegador de fato, no fraudador, ou seja, àquele que entra no mercado com o intuito específico de lesar os cofres públicos.

Para dar continuidade a esse modo de atuar, a administração tributária catarinense desenvolveu mecanismos de controle das obrigações tributárias principais e acessórias por meio de cruzamentos das informações fiscais dos contribuintes. A construção do projeto Malhas Fiscais, implantado em setembro de 2020, faz parte desse movimento e contribuiu para a melhora na arrecadação tributária, além do relacionamento mais amigável do Fisco com o Contribuinte e Contabilistas.

Ademais, ainda dentro das medidas adotadas para evitar a sonegação fiscal, os Grupos Especialistas Setoriais promoveram atividades que contribuíram para uma maior eficiência na fiscalização do crédito tributário e a Secretaria da Fazenda realizou o concurso para novos analistas tributários, quadro de servidores que estava sem novos ingressos há mais de 25 anos.

A Fazenda Estadual passou a acompanhar mais minudentemente as mercadorias despachadas pelos Correios, com a ativação de um Posto Fiscal no mês de junho de 2022, com uma taxa de retenção de mercadorias, devido a irregularidades fiscais, de 8,30%.

Vale destacar o incremento dos controles e do efetivo combate à sonegação fiscal decorrente da posse de 71 Auditores Fiscais da Receita Estadual em junho de 2022, auxiliados pela posse de 151 Analistas, estes ao longo dos meses de junho e julho.

A seguir, cada uma das medidas de combate à sonegação será detalhada.

### **1.1. DESENVOLVIMENTO E LANÇAMENTO DAS MALHAS FISCAIS**

Em 2022, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina finalizou a segunda malha fiscal, referente aos períodos de 2019 e 2020, e iniciou a terceira malha referente aos períodos de 2021 e 2022. Foram regularizados, desde o lançamento deste projeto, mais de 1 bilhão em valores de inconsistências tributárias.

Um dos pilares das Malhas Fiscais é oportunizar a regularização das pendências fiscais, pelo contribuinte através de acompanhamento fiscal.

A partir das inconsistências verificadas, é feito contato com o contabilista ou com o próprio contribuinte apresentando as inconsistências/pendências fiscais. Deste modo, recebe orientação quanto à forma a ser adotada para a saná-las em cumprimento à ação auxiliar de acompanhamento (art. 117-A, §1º, II, b, do Regulamento das Normas Gerais de Direito Tributário de Santa Catarina).

Para que o processo de Malhas Fiscais seja eficaz no objetivo, TODOS os contabilistas vinculados às empresas foram divididos em grupos, os quais são de responsabilidade de auditores fiscais de forma individualizada. Essa sistemática propicia pronto-atendimento às necessidades dos contabilistas, que passam a interagir de forma pessoal e direta com o fisco, acessando informações claras e de fácil visualização.

A individualização de grupos de contabilistas (mais de 7800 estão nas malhas fiscais, localizados ou não no Estado de Santa Catarina) por auditores fiscais vem contribuindo para o melhor desempenho das malhas fiscais. O sistema de Malhas Fiscais possibilita uma atuação mais proativa. Assim, o Auditor faz contatos com os contabilistas por meio de *e-mail*, telefone, visitas aos escritórios contábeis/empresas ou pela própria ferramenta disponibilizada no SAT, a fim de entender as dificuldades encontradas e auxiliar na solução.

A plataforma de Malha Fiscal possibilitou criar um *chat* para cada contabilista para interagir com os auditores fiscais. Desta feita, a ideia é emitir notificações fiscais para os contribuintes que realmente não solucionaram as pendências apontadas pelas malhas fiscais.

O aplicativo realiza o cruzamento das informações constantes em diversos documentos fiscais eletrônicos, tais como Nota Fiscal (NF-e), Conhecimento de Transporte (CT-e), Manifesto de Documento Fiscal (MDF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD), entre outros.

Geralmente, as inconsistências dizem respeito a erros encontrados em escrituração de obrigações acessórias, como é o caso da DIME e da EFD, ou, então, em informações divergentes daquelas que constam no DF-e. Outros ainda envolvem faturamento declarado inferior ao obtido por meio de cartão de crédito/débito, crédito de ICMS declarado na EFD maior que na NFe, omissão de entrega da EFD e do PGDAS-D, crédito indevido proveniente de NF-e destinada a contribuinte diverso, ou declarado em multiplicidade, utilização de códigos de ajuste genérico, dentre muitas outras.

Como consequência do trabalho das malhas durante o ano de 2022, houve o recolhimento de mais de 460 milhões de reais aos cofres públicos. Desses 105,7 milhões são objetos de contencioso fiscal.

Em continuidade ao processo de fiscalização, foram abertos 7.463 Procedimentos Administrativos Fiscais (PAF) para os estabelecimentos que não se regularizaram. Destes mais de 7.000 Procedimentos Administrativos, apenas 100 foram encaminhados ao Contencioso Fiscal, demonstrando a aptidão das Malhas em reduzir a litigiosidade entre Fisco e contribuinte. As fiscalizações foram abertas em julho de 2022, com 97% dos PAFs concluídos, conforme dados da tabela 2:

Tabela 2: Procedimentos Administrativos Fiscais (PAFs) abertos para os estabelecimentos que não regularizaram as inconsistências na malha	
Quantidade de estabelecimentos	7.463
PAFs finalizados	7.202
Valor esperado	105,7 milhões
Crédito Tributário Constituído	76,6 milhões
Valores pagos ou parcelados	14,8 milhões



## 1.2. NÚCLEO ESTRATÉGICO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO

Instituído ao final de 2021, o Núcleo Estratégico de Apoio à Fiscalização (NEAF) tem como objetivo o fomento do combate às fraudes tributárias relacionadas ao ICMS, principalmente no que se refere à identificação e à neutralização de empresas noteiras.

Destaca-se que o Núcleo, dentre outras atividades, possui a atribuição de identificar e mapear focos e formas de sonegação fiscal; de fornecer suporte técnico às ações fiscais relacionadas às fraudes tributárias; de propor o aprimoramento de sistemas, ferramentas e técnicas de identificação de fraudes; de propor as alterações legislativas necessárias que reforcem o combate de fraudes tributárias; e de interagir com outros órgãos públicos com o objetivo de intensificar o combate às fraudes tributárias.

Ao longo do ano de 2022, o NEAF suspendeu acautelatoriamente a emissão de documentos fiscais de 323 empresas noteiras em Santa Catarina. Também efetuou dezenas de cancelamentos de inscrição estadual por inexistência/inatividade do estabelecimento, auxiliando diversos auditores nesse procedimento e também na fiscalização de créditos inidôneos.

Além disso, o grupo desenhou cruzamentos de dados que estão sendo implementados pelo grupo responsável pelas malhas fiscais (GPLAM), visando maior agilidade na identificação das empresas noteiras e das beneficiárias dessa fraude.

O NEAF trabalhou ativamente na parceria entre SEF/SC e PMSC para a aquisição de câmeras com leitura de placas de veículos (tecnologia OCR), que possibilitarão um controle muito mais efetivo do trânsito de mercadorias e da identificação de operações fictícias.

Outras parcerias também foram construídas ao longo do ano, com PGE, MPSC, RFB e fiscos de outras unidades da federação, sempre com o objetivo de intensificar o combate às fraudes tributárias.

## 1.3 DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES FISCAIS

Em continuação ao trabalho iniciado no ano de 2021, Gerência de Fiscalização recebeu, por intermédio do módulo “denúncia de irregularidades fiscais”, um total de 1.725 denúncias de irregularidades fiscais. Destas, 1690 (97,98%) foram objeto de análise e apuração, resultando em controle efetivo da sonegação com forte participação popular, visto que as denúncias advêm de cidadãos catarinenses.

O cidadão pode realizar a sua denúncia eletronicamente, de forma anônima ou identificada, com possibilidade de juntada de arquivos “.pdf” ou “.jpg” que constituam material de prova da sonegação praticada. Portanto, ele incentiva a cidadania e a colaboração dos catarinenses com o Estado de Santa Catarina na fiscalização da correta arrecadação dos recursos públicos e cumprimento das obrigações acessórias.

## 1.4 OPERAÇÕES PONTUAIS DOS GRUPOS ESPECIALISTAS SETORIAIS

Ao longo dos anos, a Secretaria de Estado da Fazenda desenvolveu inúmeros instrumentos de controle das operações das empresas em toda a cadeia produtiva, desde a indústria até o varejo. Esse trabalho é desenvolvido por grupos especialistas setoriais, que controlam um determinado setor econômico, desenvolvendo suas próprias ferramentas e técnicas para monitoramento, acompanhamento e fiscalização.

- a) GESCOM (Grupo Especialista Setorial Comunicações) – Os procedimentos de auditoria fiscal no setor de telecomunicações resultaram num montante de R\$ 100.959.602,77 em notificações fiscais. Ao seu turno, os procedimentos de acompanhamento fiscal redundaram em valores pagos (ou parcelados) de R\$ 15.165.253,73.
- b) GESREDES (Grupo Especialista Setorial Redes de Estabelecimento) – Os procedimentos de auditoria fiscal no setor de redes resultaram num montante de R\$ 14.319.879,37 em notificações fiscais, dos quais R\$ 1.357.313,42 de diferencial de alíquota, R\$ 12.049.543,92 sobre crédito indevido e R\$ 913.022,03 de créditos de ICMS declarados a menor.

No que respeita aos procedimentos de acompanhamento fiscal, os valores pagos ou parcelados montaram a R\$ 6.649.056,31, distribuídos em R\$ 6.246.028,58 de créditos de ICMS declarados a menor e R\$ 403.027,73 sobre crédito indevido.

- c) GESSUPER (Grupo Especialista Setorial Supermercado) – O GESSUPER totalizou, em notificações fiscais emitidas, o valor de R\$ 73.649.781,58.
- d) GESCOL (Grupo Especialista em Combustíveis e Lubrificantes) – A exigência do ICMS-ST Complementar (ICMS relativo à diferença entre o valor efetivo da venda ao consumidor e a base de cálculo utilizada para fins da substituição tributária) importou na arrecadação de R\$ 28 milhões.
- e) GESTEX (Grupo Especialista em Confecções e Calçados) – A operação fiscal sobre artigos de industrialização por encomenda alçou o valor de R\$ 200.000.000,00.
- f) GESAUTO (Grupo Especialista em Veículos e Autopeças) – A fiscalização em montadoras e importadoras do setor automobilístico verteu R\$ 2.788.713,32 em notificações fiscais. Denúncias (vide item 1.3, acima) apuradas alcançaram R\$ 5.184.286,91 em notificações. A operação “Loca Bem Venda Certa”, conduzida junto às lojas de seminovos de locadoras sem inscrição estadual no cadastro de ICMS de Santa Catarina, arrecadou, em valores totais, R\$ 100.512.776,00. Por fim, a notificação de créditos indevidos amealhou 2.185.046,49 reais.
- g) GESINDÚSTRIA (Grupo Especialista Setorial Metalmecânico) – A fiscalização relativa a crédito indevido de ICMS, tomado sobre material de uso ou consumo, proveu ao Estado receitas tributárias na casa dos R\$ 108 milhões de reais.
- h) GESBEBIDAS (Grupo Especialista Setorial em Bebidas) – O GESBEBIDAS executa, atualmente, duas operações fiscais (OF). A primeira, denominada OF Microcervejarias, tem verificado dezesseis contribuintes, havendo constituído crédito tributário no valor de R\$ 2.263.575,95. A segunda (OF Empresas Bebidas) escrutina vinte contribuintes, constituindo o crédito tributário no importe de R\$ 30.288.098,47.
- i) GESENE (Grupo Especialista Setorial em Energia) – O GESENE promoveu a constituição do crédito tributário que deixou de ser recolhido em razão da exclusão da base de cálculo do ICMS do valor das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) por força de Decisão Judicial (questão está no STJ pendente de julgamento). O valor notificado monta a R\$ 22.006.192,95.  
  
Adicionalmente, houve a implantação da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e) já consolidada em 16 empresas distribuidoras de energia elétrica. A Celesc Distribuição S/A foi autorizada a iniciar a emissão do documento eletrônico a partir de 01/06/2023.
- j) GESTRAN (Grupo Especialista Setorial Transportes) – O GESTRAN emitiu notificações fiscais relativas ao setor de transportes num total de R\$ 113.465.488,20. Os valores parcelados/pagos em acompanhamento fiscal somaram, no exercício passado, R\$ 1.416.058,70.
- k) GESMED (Grupo Especialista Setorial Produtos Farmacêuticos e Medicamentos) – O GESMED atuou em quatro frentes, conforme discriminadas a seguir: a) Auditorias fiscais gerais, as quais constituíram R\$ 57.911.130,41; (b) operação englobando medicamentos não isentos, cujas infrações fiscais totalizaram R\$ 12.632.128,93; (c) o acompanhamento (fase 1) da exclusão de produtos da substituição tributária de produtos da alçada do GESMED arrecadou, de modo espontâneo, R\$ 8.450.816,05 e (d) o ICMS substituição tributária porta a porta recuperado verteu R\$ 30.192.892,47 à receita do Estado.
- l) GAPEF (Grupo de Análise e Pesquisa Fiscal) – participou em todas as Operações de fiscalização junto com a Defesa Civil tendo resultado em autuações fiscais constatadas no trânsito, merecendo destaque o transporte de mercadorias sem documentos fiscais, transporte de mercadorias para venda fora do estabelecimento sem portar os documentos fiscais a serem emitidos por ocasião das efetivas vendas.
- m) GESAGRO (Grupo Especialista Setorial Agroindústria) – dentre as 28 operações executadas no ano de 2022 (algumas ainda em execução neste ano), o GESAGRO apurou R\$ 198.375.123,29 em créditos tributários, constituindo R\$ 180.449.929,77.

Outro destaque de atuação do GAPEF decorrente da interação com outras instituições se refere a informações recebidas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e de Municípios como São Joaquim, São José do Cerrito e Curitiba, tendo sido constatado que 90% dos transportes de pescados e de madeira em toras, nas fiscalizações efetuadas, ocorreram com irregularidades fiscais. Os valores envolvidos não são tão expressivos, mas, de alguma forma acabam prejudicando o movimento econômico dos municípios e o retorno da cota parte do ICMS.

Ainda, diante da experiência adquirida pelos integrantes do GAPEF foram prestados auxílios na busca de provas em meio físico e digital junto a empresas de interesse de Grupos Especialistas Setoriais, merecendo destaque o GESIndústria, GESAuto e GESBebidas. Os valores ainda estão em apuração em análise dos documentos obtidos e procedimentos de fiscalização.

Principais Operações Fiscais que foram coordenadas ou tiveram a participação de integrantes do GAPEF no ano de 2022:

- 40 Operações de Fiscalização de Trânsito coordenadas pela Defesa Civil
- 3 Operações de Fiscalização de Trânsito solicitadas por Municípios
- 3 Operações de Fiscalização de Trânsito determinadas pela GEFIS originadas de denúncias
- 3 Apoios a Operações do MP/GAECO de combate a organizações criminosas
- 2 Operações integradas com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA
- 2 Operações integradas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
- 2 Operações de vigilância relacionadas a fraudes no setor de bebidas
- 2 Operações de busca integradas com o Grupo Especialista Agroindústria – GESAgro
- 2 Operações de busca com o Grupo Especialista Setorial de Bebidas – GESBebidas
- Operação de busca integrada com o Grupo Especialista Setorial Indústria – GESIndústria
- Operação de Visita a 162 estabelecimentos suspeitos de comercializar cigarro de origem ilícita
- Operação integrada com o Fisco do RS de combate a fraudes no comércio de pescados
- Operação de fiscalização de ônibus oriundos de Shoppings Atacadistas
- Operação integrada com a Polícia Civil de combate a furtos de fios de cobre
- Operação integrada com a Polícia Civil de combate a adulteração de veículos
- Operação integrada com a Polícia Civil de combate a adulteração de combustíveis
- Operação para identificação de fraudes fiscais do setor de móveis sob medida
- Apoio a Operação coordenada por Alagoas relacionadas a créditos indevidos de ICMS

<b>Resumo de autuações</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
Notificações Fiscais emitidas	170	6.638.017,00
Notificações Fiscais pagas	88	256.932,45
Notificações Fiscais parceladas	5	190.420,94

Fonte: SAT / Relatório de Resultado de Notificações Fiscais / 01.01.2022 a 27.12.2022

Integrantes do GAPEF têm tido significativa participação na proposição de adequação de legislação, de sistemas e procedimentos relacionados ao cadastro, automação e cancelamento de Inscrição Estadual, facilitando os procedimentos a cargo dos Contribuintes, Contabilistas e Auditores Fiscais, preservando e valorizando o cadastro como uma das formas de também combater as fraudes fiscais.

Cabe mencionar a participação do GAPEF junto ao Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA, a qual possibilitou a conjugação de esforços destinados a grandes devedores, com atuação efetiva junto ao Tribunal Administrativo Tributário - TAT, bem como junto ao Poder Judiciário, nas esferas cível e criminal. Destaque para um parcelamento de créditos tributários de uma única empresa no valor de R\$ 182.116.298,33.

E sem menos importância, o GAPEF apresentou e foi validado pela Administração Tributária o Projeto de Modernização da Fiscalização de Mercadorias em trânsito. Este Projeto prevê foco em três áreas: fiscalização de mercadorias em rodovias, fiscalização de encomendas junto aos Correios e fiscalização de produtos em Portos e Aeroportos. Para este desenvolvimento estão previstas aquisições, como veículos equipados como escritórios móveis, veículos para utilização em investigações fiscais e impressoras portáteis.

O GAPEF também integra o Sistema de Inteligência Fiscal, instituído pelo Protocolo ICMS 66/2009, tendo como principal função o combate às fraudes fiscais estruturadas (crime organizado na esfera tributária), mediante a conjugação de esforços interinstitucionais, assim como participa no Grupo de Trabalho (GT20) da COTEPE, que tem como principal objetivo assessorar a equipe técnica nacional em assuntos relacionados à fiscalização de mercadorias em trânsito.

*Fonte: Gerência de Fiscalização*

Florianópolis, 25 de janeiro de 2023.

Diego Schulter Vieceli  
Assessoria DIAT/COGAT  
617.191-5

Dilson Jiroo Takeyama  
Diretor de Administração Tributária  
957.961-3



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **P063G7HL**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **DIEGO SCHULTER VIECELI** (CPF: 035.XXX.229-XX) em 25/01/2023 às 18:17:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/08/2020 - 14:48:19 e válido até 07/08/2120 - 14:48:19.  
(Assinatura do sistema)

✓ **DILSON JIROO TAKEYAMA** (CPF: 086.XXX.037-XX) em 25/01/2023 às 18:33:31  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 16/01/2019 - 12:58:28 e válido até 16/01/2119 - 12:58:28.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMDEwMzlfMTA0MV8yMDIzX1AwNjNHN0hM> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00001039/2023** e o código **P063G7HL** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

## Declaração

**Atesto que o Santa Catarina cumpriu o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, comprovando o exercício da plena competência tributária no ano de 2022.**

**Santa Catarina, em 30/01/2023.**

## Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JORGINHO DOS SANTOS MELLO:25084119904  
Date: 2023.01.30 16:58:07 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Governo do Estado de Santa Catarina

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.